

## - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE E COMPATIBILIDADE COM OS PEOT e PROF ALT-



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM |  
Alteração | setembro 2021

2019/150.10.400/1

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística  
Planeamento e Ordenamento do Território

Praça do Município 7540-136 Santiago do Cacém  
Telefone.: +351 269 829 400 | fax.: +351 269 829 498 | NIF: 502130040  
[www.cm-santiagocacem.pt](http://www.cm-santiagocacem.pt) | [geral@cm-santiagocacem.pt](mailto:geral@cm-santiagocacem.pt)

### Índice Geral

1. Introdução e Enquadramento.....	3
2. Transposição dos PEOT e PROF ALT para o PDMSC.....	7
3. Conclusão.....	29
4. Anexo I .....	30
5. Anexo II .....	41

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### 1.Introdução e Enquadramento

O Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém (doravante designado por PDMSC), foi objeto de procedimento de revisão e aprovação em Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, a 26 de junho de 2015. O PDMSC foi publicado em *Diário da República*, 2.ª série, através do Aviso n.º 2087/2016, de 19 de fevereiro.

Em 30/04/2014 foi publicada a Lei n.º 30/2014, que veio estabelecer a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (abreviadamente Lei dos Solos ou LBPPSOTU), bem como o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14/05, que publicou o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

A Lei dos Solos veio determinar que os Planos Territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal passavam a **concentrar** as regras relativas à ocupação, uso e transformação dos solos, vinculativas para as entidades públicas e, direta e imediatamente, para os particulares, clarificando a identificação do regime do uso do solo aplicável numa determinada área territorial.

Nesta conjuntura **estabeleceu-se a obrigatoriedade de verter para os planos municipais o conteúdo dos Planos Especiais Ordenamento Território (PEOT), no que concerne normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares.**

Em **04/07/2019, foi deliberado pela Câmara Municipal a abertura do procedimento referente à 1.ª alteração ao PDMSC**, nos termos dos artigos 118.º a 122.º e 76.º do RJIGT, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, **Aviso n.º 13862/2019 de 05 de setembro.**

**Sobre o território do Município de Santiago do Cacém impendem os seguintes PEOT:**

- **Plano de Ordenamento da Albufeira de Campilhas (POAC)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2007, de 5 de fevereiro;
- **Plano de Ordenamento da Albufeira de Fonte Serne (POAFS)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2007, de 31 de janeiro;

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- **Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2007, de 23 de agosto;
- **Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines (POOC)** aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 136/99, de 29 de outubro;

E ainda e o seguinte **Programa Regional**:

- **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo - PROF ALT**, aprovado pela Portaria n.º 54/2019 de 11 de fevereiro.

A incorporação das normas dos PEOT limita-se, nos termos previstos no artigo 121.º n.º 2 do RJIGT, a: ***“(...) a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração.”*** A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais **não envolve atos de planeamento por parte do município**, enquadrando-se na alínea a) do n.º 1 do artigo 121.º do RJIGT.

Tal como se estabelece no artigo 78.º nos n.ºs 2 e 3 do da Lei do Solos, **a CCDRA remeteu a matriz com identificação das normas a verter no PDMSC (Anexo I do presente relatório).**

No decurso da incorporação das referidas normas, o MSC identificou mais algumas alíneas nos artigos previamente indicados pela CCDRA que também tinham repercussões para os particulares e como tal foram consideradas no procedimento de alteração.

No âmbito do referido procedimento foi solicitado pelo MSC, ao abrigo do artigo 86.º do RJIGT, o acompanhamento da CCDRA e das entidades representativas dos interesses a ponderar (ERIP) através da emissão de pareceres.

Em resultado **acompanhamento da comissão consultiva** - dos **pareceres** emitidos **pelas ERIP e CCDRA** e da conferência procedimental realizada nos termos do artigo 86.º n.º 3 e 4 do RJIGT - foram indicadas mais algumas normas dos PEOT a transpor para o PDMSC *(Anexo II e III do presente relatório)*, **pelo que no cômputo final foram incorporados os seguintes artigos:**

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Planos	Artigos a incorporar	Resultado da Incorporação no Anexo I do Regulamento do PDMSC
POAC	Artigos 7.º n.º 1 a), b), d), n.º 5 h), i); 9.º n.º 3 a); 17.º ; 22.º n.º 4; 25.º ; 26.º; 27; 29.º; 30.º	Artigos 1.º a 10.º do Anexo I
POAFS	Artigos 7.º n.º 1 a), b), d), n.º 5 h), i); 9.º n.º 3 a); 17.º; 24.º; 25.º; 27.º; 28.º	Artigos 11.º a 19.º Anexo I
PORNLSAS	Artigos 8.º n.º 1 a), c), d), e), h), j), l), m), n), t), z); 9.º n.º 1 a), b) c), d), f), p), q), r), s), t), u), z); 12.º; 13.º n.º 1, n.º 2 a), b), c), d), e); 14.º n.º 1; 15.º n.º 1, n.º 3 d), e), f), n.º 4 b), c), d); 16.º n.º 1; 17.º n.ºs 3, 5 e 6 a), b), c); 18.º n.º 1; 19.º n.º 3, 4 e 5 b), c); 20.º n.º 1; 21.º n.º 4; 22.º n.º 2, 3 e 4; 23.º n.º 1 a), i) ii), iii), iv), v), vi), vii), viii), ix); b) i), ii); 34.º n.º 1; 35.º; 36.º; 39.º n.º 3, 41.º; 42.º n.º 2	Artigos 20.º a 37.º do Anexo I
POOC Sado-Sines	Artigos 18.º ; 20.º; 21.º; 22.º; 23.º; 24.º; 26.º; 27.º; 28.º; 31.º	Artigos 38.º a 41.º do Anexo I
PROF ALT	Artigos 9.º ; 12.º; 30.º; 34.º; 46.º	Artigos 42.º a 46.º do Anexo I

Para além das alterações regulamentares, a **incorporação dos PEOT** implicou, também, **alterações cartográficas nas plantas de ordenamento** tendo resultado nas seguintes novas peças desenhadas:

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- **Planta de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines, Albufeira de Campilhas e Albufeira de Fonte Serne**, à escala 1: 25.000;
- **Planta de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (AIE)**, à escala 1: 25.000;
- **Planta de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RP)**, à escala 1: 25.000;

A **transposição** do **PROF ALT** foi de **âmbito regulamentar e cartográfico**, através da **inclusão dos corredores ecológicos e das sub-regiões homogéneas**, nas seguintes peças desenhadas:

- **Planta de Ordenamento** à escala 1: 25.000 (inclusão das SRH);
- **Planta de Estrutura Ecológica** à escala 1: 25.000 (inclusão dos CE);

No que concerne à **organização sistemática do regulamento**, considerou-se que, pelo facto de haver um elevado número de normas a transpor, seria de mais fácil apreensão e clareza de conteúdo **incluí-las num anexo ao regulamento do PDMSC**, e que dele fazem parte integrante, **devidamente identificadas por títulos, capítulos e artigos com numeração autónoma**.

Em relação à **compatibilização e conformidade entre os IGT incorporados**, a mesma encontra-se assegurada, porquanto o PDMSC atualmente em vigor resulta da **revisão aprovada em 2015 (em vigor desde fevereiro de 2016)**, procedimento no qual foram, desde logo, tidos em consideração os PEOT ora transpostos, tendo nesse momento sido desenhada a estratégia e opções de planeamento municipal em consonância com os regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais já em vigor no território do Município de Santiago do Cacém.

O presente procedimento de alteração ao PDMSC engloba não só a alteração por adaptação prevista no artigo 121.º do RJGT, mas também outras alterações que se encontram devidamente identificadas que nos termos de referência descritos no relatório de fundamentação, bem como nos documentos que compõem o procedimento de alteração.

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Não obstante a abrangência do procedimento de alteração, este não implica quaisquer modificações na qualificação e classificação do solo ou das respetivas categorias e subcategorias nas áreas abrangidas pelos PEOT.

## 2. Transposição dos PEOT e PROF ALT para o PDMSC

### **“ANEXO I**

*(a que se refere o artigo 9.º-A do regulamento)*

#### **TÍTULO I – PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

##### **CAPÍTULO I - PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE CAMPILHAS - POAC**

###### **ARTIGO 1.º**

###### **Zona de proteção**

1. *A albufeira de águas públicas de Campilhas e a respetiva zona de proteção está identificada na planta de ordenamento.*
2. *Na zona de proteção, são proibidas as seguintes atividades:*
  - a) *O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;*
  - b) *A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;*
  - c) *A extração de materiais inertes.*
3. *Na zona de proteção são também interditas as seguintes atividades:*
  - a) *Ocupação com quaisquer construções numa faixa máxima de 100 m em torno da albufeira, medida a partir da linha do NPA, à exceção das de apoio à utilização da albufeira;*
  - b) *Qualquer implantação turística na envolvente da área de proteção ambiental definida no plano de água,*  
*designada como zona de proteção máxima.*

###### **ARTIGO 2.º**

###### **Zonamento**

*Na zona de proteção da albufeira é identificada a zona preferencial de implantação turística, designadas por UOPG, que se encontram identificadas na planta de ordenamento.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### **ARTIGO 3.º**

#### ***Zona preferencial de implantação turística***

*Na área de intervenção do POAC são identificadas duas zonas preferenciais de implantação turística que ficam sujeitas às regras definidas para as unidades operativas de planeamento e gestão 1 e 2 e para a ocupação turística, prevista no artigo 8.º do presente anexo.*

### **ARTIGO 4.º**

#### ***Áreas florestais e silvo-pastoris***

*As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração estão sujeitas às regras constantes do artigo 9.º do presente anexo.*

### **ARTIGO 5.º**

#### ***Áreas agrícolas complementares***

- 1. Entende-se por áreas agrícolas complementares aquelas cujo uso dominante é agrícola.*
- 2. Nestas áreas são admitidos o uso florestal e a caça, nos termos da legislação em vigor.*
- 3. A edificação rege-se pelas disposições seguintes:*
  - a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) aos limites da parcela, é de 15 m;*
  - b) As construções de novos edifícios nas áreas rurais não podem exceder um piso para a habitação e um piso para os anexos agrícolas;*
  - c) Excetuam-se desta última disposição os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas;*
  - d) Não são permitidas novas construções para a habitação nas propriedades com área inferior a 4 ha;*
  - e) Nas propriedades com áreas superiores ou iguais a 2,50 ha e inferiores ou iguais a 5 ha não são licenciadas novas habitações com mais de 100 m<sup>2</sup> de construção nem edifícios de apoio às atividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris com mais de 100 m<sup>2</sup> de construção, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agropecuárias;*
  - f) O índice de construção para propriedades com áreas superiores a 5 ha é de 0,2% da área total do prédio para edifícios destinados à habitação e de 0,2% da área total do prédio para*



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

*edificações de apoio às atividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agropecuárias.*

4. *As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração estão sujeitas às regras constantes no número anterior e do artigo 9.º do presente anexo.*

### ARTIGO 6.º

#### **Unidade operativa de planeamento e gestão 1- UOPG1**

1. *Esta zona localiza-se na margem norte e desenvolve-se entre o encontro norte da barragem, a albufeira e a EN 390.*
2. *Esta zona deve, obrigatoriamente, ser objeto de um plano de pormenor.*
3. *Nesta área turística admitem-se os seguintes tipos de ocupação:*
  - a) *Estabelecimentos hoteleiros e conjuntos turísticos, nos termos da legislação em vigor, até à capacidade máxima de 200 camas;*
  - b) *Equipamentos desportivos e recreativos diversos, nomeadamente campos de ténis, piscinas, parques aquáticos e zonas de desporto livre, não podendo em caso algum a impermeabilização do solo exceder 10% da área turística;*
  - c) *Um campo de golfe de 18 buracos, condicionado à apresentação prévia de um estudo de impacte ambiental;*
  - d) *Um centro hípico;*
  - e) *Outras instalações de apoio à utilização recreativa e turística da albufeira desde que compatíveis com as disposições do presente anexo;*
  - f) *Um conjunto de apoio à praia, constituído por balneários, sanitários e postos de primeiros socorros;*
  - g) *Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistema de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;*
  - h) *Instalação de apoio às atividades náuticas constituídas por uma rampa/varadouro, jangadas e pontões para amarração das embarcações;*
  - i) *O índice de construção máximo aplicável à área AT1 é de 0,06;*
  - j) *O número máximo de pisos admissível em todas as construções a edificar na área AT1 é de 2;*
  - k) *A implantação de todas as construções não deverá originar alterações significativas da topografia existente.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

4. *Todas as instalações, à exceção das referidas na alínea e) do número anterior, devem localizar-se fora da faixa de 100 m adjacentes à linha do NPA.*
5. *Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, nomeadamente a legislação relativa aos povoamentos de sobreiro e azinheira, o abate de árvores resultante da implantação de equipamentos turísticos e recreativas deve ser reduzido ao mínimo indispensável e compensado com projetos de enquadramento adequado.*

### **ARTIGO 7.º**

#### **Unidade operativa de planeamento e gestão 2- UOPG2**

1. *Esta zona localiza-se junto ao encontro sul da barragem.*
2. *Esta zona deve, obrigatoriamente, ser objeto de um plano de pormenor.*
3. *Nesta área turística são admitidos os seguintes tipos de ocupação:*
  - a) *Um restaurante panorâmico sobre a albufeira e a envolvente, aproveitando e ampliando o edifício existente;*
  - b) *Criação de um posto de informação e instalações para divulgação e ou venda de artesanato localizados no edifício referido na alínea anterior;*
  - c) *O índice de construção máximo aplicável à área AT2 é de 0,03;*
  - d) *A área total de pavimentos do edifício referido nas alíneas anteriores, após ampliação, não poderá ultrapassar 500 m<sup>2</sup> e não poderá ultrapassar dois pisos;*
  - e) *Um parque de campismo para um máximo de 150 utentes em tendas e 10 lugares para caravanas;*
  - f) *Um centro náutico, incluindo um conjunto de instalações de apoio às atividades recreativas, nomeadamente às que se desenvolvem no plano de água: rampa para lançamento das embarcações à água, pontão flutuante de amarração, armazém para embarcações e material diverso, pequena oficina/estaleiro (parte coberta e parte descoberta), espaço de convívio, posto de primeiros socorros, vestiários, balneários e sanitários;*
  - g) *Instalações desportivas e recreativas descobertas desde que não impermeabilizem mais de 10% da área total afeta a estes usos;*
  - h) *Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistemas de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### ARTIGO 8.º

#### Ocupação turística

1. Fora das zonas preferenciais de implantação turística apenas são admitidos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e empreendimentos de turismo no espaço rural.
2. Os estabelecimentos de restauração e bebidas apenas poderão ser instalados na zona preferencial de implantação turística ou quando inseridos em estabelecimentos hoteleiros ou parques de campismo.
3. A aprovação de quaisquer instalações por parte da Câmara Municipal de Santiago do Cacém dependerá da garantia de existência de infraestruturas e acessos adequados, assim como da qualidade da oferta a promover.
4. A implantação de todas as construções não deve originar alterações significativas da topografia existente.
5. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, o abate de árvores para implantação de instalações turísticas e recreativas deve ser reduzido ao mínimo indispensável e determina a elaboração de um projeto de enquadramento adequado.
6. A capacidade máxima de alojamento turístico na zona de proteção da albufeira é a que consta do quadro seguinte.

Capacidade máxima de ocupação turística a instalar na zona de protecção da albufeira

	Área (hectares)	Estabelecimentos hoteleiros (camas)	Parques de campismo (utentes)	Hotéis rurais (camas)	Observações
UOPG 1 (AT1) .....	73	300	—	—	—
UOPG 2 (AT2) .....	27	—	150 + 30 (afectos a caravanas)	—	No parque de campismo admite-se como ocupação máxima 100 utentes/ha.
Restantes áreas da zona de protecção .....	1 822	100	150 + 40 (afectos a caravanas)	30	—
<i>Total</i> .....	1 922	400	300 + 70 (afectos a caravanas)	30	800 camas/utentes.

### ARTIGO 9.º

#### Normas de edificabilidade e construção

1. Na área de intervenção do POAC é proibida a edificação de novas construções, com exceção das expressamente previstas no presente anexo.
2. Na área de intervenção do POAC apenas é permitida a realização de obras de conservação do edificado existente desde que cumpridos os seguintes requisitos:

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- a) *Não promovam o agravamento da desconformidade com os objetivos do POAC;*
  - b) *Promovam a correta integração paisagística nos termos do número seguinte.*
3. *No licenciamento municipal de obras de construção e de reconstrução deve ser garantido o disposto no presente anexo em relação ao saneamento básico, bem como acautelada a correta integração paisagística da construção, que assegure, nomeadamente:*
- a) *A adequada implantação do edificado e das infraestruturas urbanísticas de acessibilidade no território, evitando a construção de muros, taludes e aterros de grande expressão;*
  - b) *O adequado enquadramento volumétrico das construções com a envolvente, não criando situações de assimetria ou de desqualificação da imagem urbana e edificada existente;*
  - c) *O adequado enquadramento paisagístico e vegetal, com recurso a espécies predominantemente autóctones;*
  - d) *A adoção de materiais e revestimentos que, para além da necessária qualidade, resistência e adequação à utilização, assegurem a necessária qualidade formal e integração da construção na envolvente.*
4. *É obrigatória a arborização e tratamento paisagístico adequado nas áreas envolventes de construções, a executar pelo promotor da operação urbanística, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactes negativos, bem como à manutenção do coberto vegetal e da arborização existente nas áreas envolventes.*
5. *No decurso dos trabalhos de construção e conservação devem ser tomadas as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais, nomeadamente aqueles que possam interferir com o escoamento da água e que conduzam à erosão.*

### **ARTIGO 10.º**

#### **Saneamento básico**

*As atividades a desenvolver na área abrangida pelo POAC obedecem às seguintes condições:*

- a) *Todos os efluentes domésticos, industriais ou pecuários são obrigatoriamente objeto de tratamento completo em instalação própria, sem o que poderão rejeitados na rede de drenagem natural;*
- b) *O licenciamento de novas atividades nestas áreas carece de apresentação prévia do projeto das instalações de tratamento referidas na alínea anterior.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### **CAPÍTULO II- PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE FONTE SERNE - POAFS**

#### **ARTIGO 11.º**

##### ***Zona de proteção***

1. A albufeira de águas públicas de Fonte Serne e a respetiva zona de proteção está identificada na planta de ordenamento.
2. Na zona de proteção, são proibidas as seguintes atividades:
  - a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;
  - b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;
  - c) A extração de materiais inertes.
3. Na zona de proteção são também interditas as seguintes atividades:
  - a) Ocupação com quaisquer construções numa faixa máxima de 100 m em torno da albufeira, medida a partir da linha do NPA, à exceção das de apoio à utilização da albufeira;
  - b) Qualquer implantação turística na envolvente da área de proteção ambiental definida no plano de água, designada como zona de proteção máxima.

#### **ARTIGO 12.º**

##### ***Zonamento***

Na zona de proteção da albufeira é identificada a zona preferencial de implantação turística, designada por UOPG, que se encontra identificada na planta de ordenamento.

#### **ARTIGO 13.º**

##### ***Zona preferencial de implantação turística***

Na área de intervenção do POAFS é identificada uma zona preferencial de ocupação turística que fica sujeita às regras definidas para a unidade operativa de planeamento e gestão e para a ocupação turística, prevista no artigo 17.º do presente anexo.

#### **ARTIGO 14.º**

##### ***Áreas florestais e silvo-pastoris***

As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração estão sujeitas às regras constantes do artigo 18.º do presente anexo.

#### **ARTIGO 15.º**

##### ***Áreas agrícolas complementares***

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

1. Entende-se por áreas agrícolas complementares aquelas cujo uso dominante é agrícola.
2. Nestas áreas são admitidos o uso florestal e a caça, nos termos da legislação em vigor.
3. A edificação rege-se pelas disposições seguintes:
  - a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) aos limites da parcela, é de 15 m;
  - b) As construções de novos edifícios nas áreas rurais não podem exceder um piso para a habitação e um piso para os anexos agrícolas;
  - c) Excetuam-se desta última disposição os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas;
  - d) Não são permitidas novas construções para a habitação nas propriedades com área inferior a 4 ha;
  - e) Nas propriedades com áreas superiores ou iguais a 2,50 ha e inferiores ou iguais a 5 ha não são licenciadas novas habitações com mais de 100 m<sup>2</sup> de construção nem edifícios de apoio às atividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris com mais de 100 m<sup>2</sup> de construção, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agropecuárias;
  - f) O índice de construção para propriedades com áreas superiores a 5 ha é de 0,2% da área total do prédio para edifícios destinados à habitação e de 0,2% da área total do prédio para edificações de apoio às atividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agropecuárias.
4. As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração estão sujeitas às regras constantes no número anterior e do artigo 18.º do presente anexo.

### ARTIGO 16.º

#### **Unidade operativa de planeamento e gestão - UOPG**

1. É a zona onde se deve implantar um parque de campismo, equipamentos de índole turística, os empreendimentos turísticos e infraestruturas de apoio.
2. Esta zona deverá, obrigatoriamente, ser objeto de um plano de pormenor.
3. Esta zona localiza-se na margem norte, e desenvolve-se entre dois braços da albufeira.
4. Nesta área turística são admitidos os seguintes tipos de ocupação:

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- a) *Um parque de campismo para um máximo de 200 utentes em tendas (2 ha—100 utentes por hectare), além de 10 caravanas (máximo de 30 utentes) e 10 instalações de carácter complementar destinadas a alojamento (máximo de 30 utentes);*
  - b) *Um restaurante panorâmico;*
  - c) *Um local com equipamentos de apoio à praia, constituído por balneários, sanitários e postos de primeiros socorros;*
  - d) *Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistema de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;*
  - e) *Instalação de apoio às atividades náuticas constituídas por uma rampa/varadouro, jangadas e pontões*
  - f) *para amarração das embarcações;*
  - g) *O índice de construção máximo aplicável à área AT é de 0,03;*
  - h) *O número máximo de pisos admissível em todas as construções a edificar na área AT é de dois;*
  - i) *A implantação de todas as construções não deverá originar alterações significativas da topografia existente.*
5. *Todas as instalações, à exceção das referidas na alínea e) do número anterior, deverão localizar-se fora da faixa de 100 m adjacentes à linha do NPA.*
6. *O abate de árvores resultante da implantação de instalações turísticas e recreativas deve ser reduzido ao mínimo indispensável e compensado com projetos de enquadramento adequado respeitando o constante na legislação em vigor, nomeadamente a legislação relativa aos povoamentos de sobreiro e azinheira.*

### **ARTIGO 17.º**

#### **Ocupação turística**

1. *Fora da zona preferencial de implantação turística apenas são admitidos parques de campismo e empreendimentos de turismo no espaço rural.*
2. *Os estabelecimentos de restauração e bebidas apenas se poderão instalar na área preferencial de implantação turística ou quando inseridos em parques de campismo.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

3. A aprovação de quaisquer instalações, por parte da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, dependerá da garantia de infraestruturas e acessos adequados, assim como da qualidade da oferta a promover.
4. A implantação de todas as construções não deve originar alterações significativas da topografia existente.
5. O abate de árvores resultante da implantação de instalações turísticas e recreativas deve ser reduzido ao mínimo indispensável e determina a elaboração de um projeto de enquadramento adequado.
6. A capacidade máxima de alojamento turístico na zona de proteção da albufeira é a que consta do quadro seguinte.

Capacidade máxima de ocupação turística a instalar na zona de proteção da albufeira

	Área (hectares)	Parques de campismo (utentes)	Hotéis rurais (camas)	Observações
UOPG (AT) .....	14	200 + 30 (afectos a caravanas) + 30 (afectos a instalações de carácter complementar destinadas a alojamentos).	–	No parque de campismo admite-se como ocupação máxima 100 utentes/ha.
Restantes áreas da zona de protecção.	957,5	100	30	
Total .....	971,5	300 + 30 (afectos ao parque de caravanas) + 30 (afectos a instalações de carácter complementar destinadas a alojamentos).	30	390 utentes/camas.

### ARTIGO 18.º

#### Normas de edificabilidade e construção

1. Na área de intervenção do POAFS é proibida a edificação de novas construções, com exceção das expressamente previstas no presente anexo.
2. Na área de intervenção do POAFS apenas é permitida a realização de obras de conservação do edificado existente desde que cumpridos os seguintes requisitos:
  - a) Não promovam o agravamento da desconformidade com os objetivos do POAFS;
  - b) Promovam a correta integração paisagística nos termos do número seguinte.
3. No licenciamento municipal de obras de construção e de reconstrução será garantido o disposto no presente anexo em relação ao saneamento básico, bem como acautelada a correta integração paisagística da construção, que assegure, nomeadamente:
  - a) A adequada implantação do edificado e das infraestruturas urbanísticas de acessibilidade no território, evitando a construção de muros, taludes e aterros de grande expressão;



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- b) O adequado enquadramento volumétrico das construções com a envolvente, não criando situações de assimetria ou de desqualificação da imagem urbana e edificada existente;*
  - c) O adequado enquadramento paisagístico e vegetal, com recurso a espécies predominantemente autóctones;*
  - d) A adoção de materiais e revestimentos que, para além da necessária qualidade, resistência e adequação à utilização, assegurem a necessária qualidade formal e integração da construção na envolvente.*
- 4. É obrigatória a arborização e tratamento paisagístico adequado nas áreas envolventes de construções, a executar pelo promotor da operação urbanística, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactes negativos, bem como à manutenção do coberto vegetal e da arborização existente nas áreas envolventes.*
- 5. No decurso dos trabalhos de construção e conservação devem ser tomadas as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais, nomeadamente aqueles que possam interferir com o escoamento da água e que conduzam à erosão.*

### **ARTIGO 19.º**

#### **Saneamento básico**

*As atividades a desenvolver na área abrangida pelo POAFS obedecerão às seguintes condições:*

- a) Todos os efluentes domésticos, industriais ou pecuários serão obrigatoriamente objeto de tratamento completo na instalação própria, sem o que poderão ser rejeitados na rede de drenagem natural;*
- b) O licenciamento de novas atividades nestas áreas carece de apresentação prévia do projeto das instalações de tratamento referidas na alínea anterior.*

## **CAPÍTULO III - PLANO ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E SANCHA – PORNLSAS**

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### **ARTIGO 20.º**

#### **Reserva Natural**

*As áreas abrangidas pela Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS), pelas Zonas Especiais de Conservação Comporta-Galé e Costa Sudoeste e a Zona de Proteção Especial da Lagoa de Santo André encontram-se identificadas nas plantas de ordenamento e condicionantes.*

### **ARTIGO 21º**

#### **Definições**

*Para efeitos da aplicação das normas do PORNLSAS, são adotadas as seguintes definições:*

- a) «Ações de conservação da natureza» — as medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e da fauna num estado favorável;*
- b) «Adensamento» — o aumento da densidade do arvoredo através da plantação ou sementeira de espécies arbóreas em áreas já arborizadas;*
- c) «Habitat» — o conjunto dos elementos físicos e biológicos que uma determinada espécie utiliza para desenvolver o seu ciclo de vida.*

### **ARTIGO 22.º**

#### **Atos e atividades interditos e condicionados**

*1. Na área terrestre integrada na RNLSAS, são interditos os seguintes atos e atividades:*

- a) A instalação de novos estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2 de acordo com a legislação específica;*
- b) As escavações, os aterros e a exploração mineira ou de materiais inertes;*
- c) A instalação de estabelecimentos aquícola e o repovoamento com fins de exploração comercial, de espécies marinhas, estuarinas ou dulciaquícolas;*
- d) A construção de campos de golfe;*
- e) As operações de loteamento e a construção de novas edificações para habitação ou turismo;*
- f) A instalação de aerogeradores, exceto para o abastecimento particular de edificações existentes dentro dos limites da RNLSAS;*
- g) A prática de agricultura intensiva ou forçada, incluindo a instalação de estufas ou de sistemas de drenagem subterrânea e a instalação de sistemas de rega;*
- h) A destruição de sebes, muros e galerias ripícolas;*
- i) A prática de pecuária intensiva, incluindo a instalação de suiniculturas, aviculturas ou*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

*quaisquer outras explorações zootécnicas similares;*

- j) A instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos, de areia ou de outros resíduos sólidos ou líquidos de origem orgânica que causem impacte visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água, bem como pelo vazamento de lixos, detritos, entulhos ou sucatas fora dos locais para tal destinados;*
- k) A instalação ou ampliação de parques de campismo e a prática de campismo ou caravanismo.*

### **2. Estão condicionadas e sujeitas a autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza as seguintes ações:**

- a) A alteração do uso atual dos terrenos, nomeadamente pela afetação de novas áreas a atividades agrícolas ou pecuárias e pela implementação de novos povoamentos florestais ou sua reconversão;*
- b) A instalação de novas explorações agrícolas, agropecuárias ou zootécnicas, em regimes não intensivos, excetuando a simples mudança de titularidade das mesmas;*
- c) As alterações à morfologia do solo ou ao coberto vegetal natural decorrentes da exploração agrícola, silvícola ou pastoril, exceto quando se trate de ações previamente autorizadas ou definidas na tipologia agrícola e florestal à data da aprovação do PORNLSAS;*
- d) A arborização, o adensamento, o corte e a reconversão de povoamentos florestais, bem como as operações florestais que envolvam a instalação de novas infraestruturas, acessos e aceiros, exceto quando se trata de operações de combate a incêndios florestais ou situações de emergência que envolvam a segurança de pessoas e bens;*
- e) A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da Reserva Natural ou decorrente das obrigações legais;*
- f) A realização de obras de construção civil, de ampliação e de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza;*
- g) A construção de estruturas de apoio às atividades agrícolas e florestais;*
- h) As intervenções nos elementos tradicionais do património arquitetónico popular;*
- i) A abertura de novas estradas, caminhos ou acessos e o respetivo alargamento ou alteração, bem como as obras de manutenção e conservação;*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- j) A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas e subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis;
- k) A exploração de recursos hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água superficiais e subterrâneas;
- l) A prática de agricultura intensiva ou forçada, incluindo a instalação de estufas ou de sistemas de drenagem subterrânea, e a instalação de sistemas de rega, em explorações inferiores a 1 ha por prédio rústico.

### 3. As edificações e infraestruturas estão ainda sujeitas a:

- a) Autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza para obras de reconstrução, de alteração, de conservação ou de ampliação de construções existentes, as quais não podem envolver um aumento da área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de ampliação não pode exceder 200 m<sup>2</sup>;
- b) Adotar, no traçado arquitetónico das edificações, os valores essenciais da arquitetura tradicional da região, procurando-se, em particular, a integração dos elementos da fachada, devendo utilizar-se tanto quanto possível no projeto elementos tipológicos de composição e materiais tradicionais da região;
- c) Os muros devem ser construídos com pedra da região aparelhada ou em alvenaria, rebocada e pintada a branco, não podendo exceder 1,2 m de altura;
- d) As vedações devem ser construídas em madeira tratada ou numa combinação de madeira tratada e rede metálica de malha adequada ao tipo de gado, não podendo exceder 1,5 m de altura;
- e) Nos projetos de reconstrução e ampliação, é obrigatório o tratamento paisagístico adequado, a executar de acordo com projeto realizado para o efeito, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactes visuais negativos, bem como à manutenção do coberto vegetal e da arborização existentes nas áreas envolventes;
- f) Durante a execução dos projetos referidos no número anterior devem ser tomadas as medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactes negativos correspondentes;
- g) Nos casos em que se aplique, é necessária a apresentação do respetivo projeto de saneamento

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- básico, que contemple soluções adequadas para o abastecimento de água, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais e a remoção e tratamento dos resíduos sólidos;*
- h) As habitações isoladas, as edificações afetas ao turismo da natureza e outras construções que produzam efluentes suscetíveis de serem lançados nos cursos ou planos de água devem ser obrigatoriamente ligadas aos sistemas de drenagem municipal ou, caso tal não seja viável, ser dotadas de fossas estanques ou de outros sistemas de tratamento eficazes, nos termos do presente Regulamento e da legislação em vigor;*
- i) A autorização para ampliação da edificação determina a interdição de nova ampliação nos 10 anos subsequentes;*
- j) A construção de edificações de apoio à atividade balnear apenas é permitida nas áreas abrangidas pelos planos de praia do POOC Sado -Sines, aplicando -se as disposições do referido POOC.*
4. São identificados na planta de ordenamento os Espaços Naturais e Paisagísticos, nos quais se incluem as áreas de proteção total e áreas de proteção parcial tipo I definidas no PORNLSAS.

### **ARTIGO 23.º**

#### **Objetivos das áreas de proteção total**

- 1. As áreas de proteção total correspondem a espaços onde os valores naturais assumem um carácter de exceção do ponto de vista da conservação da natureza e que se caracterizam pela elevada sensibilidade ambiental.*
- 2. As áreas de proteção total englobam os sistemas dunares e pós-dunares de elevada sensibilidade e valor ecológico e os habitats mais relevantes para a avifauna aquática.*
- 3. Estas áreas destinam -se a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima.*

### **ARTIGO 24.º**

#### **Disposições específicas das áreas de proteção total**

- 1. Nas áreas de proteção total apenas são permitidas as ações de conservação da natureza e as atividades de investigação, monitorização, educação ambiental e vigilância compatíveis com os objetivos expressos no n.º 3 do artigo 23.º do presente anexo, mediante autorização da autoridade de conservação da natureza.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

2. As áreas de proteção total são áreas non aedificandi onde apenas é permitido o acesso às seguintes entidades:

- a) Proprietários privados ou os seus mandatários ou comissários;
- b) Funcionários ou comissários da autoridade de conservação da natureza;
- c) Agentes de autoridade e fiscais de entidades públicas competentes para a fiscalização;
- d) Visitantes para realização de atividades de índole científica ou de educação ambiental desde que expressamente autorizados pela RNLSAS;
- e) Visitantes em trânsito de e para a praia através dos corredores de acesso identificados na planta de ordenamento 3C- regimes de proteção.

### ARTIGO 25.º

#### **Objetivos das áreas de proteção parcial do tipo I**

As áreas de proteção parcial do tipo I correspondem a espaços que contêm valores naturais e paisagísticos que do ponto de vista da conservação da natureza se assumem no seu conjunto como relevantes ou, tratando-se de valores excecionais, apresentam uma sensibilidade ecológica moderada.

### ARTIGO 26.º

#### **Disposições específicas das áreas de proteção parcial do tipo I**

1. As áreas de proteção parcial do tipo I do PORNLSAS correspondem a áreas non aedificandi, não são permitidas a implantação de infraestruturas, à exceção dos ancoradouros previstos no PORNLSAS.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e do disposto no n.º 1 artigo 22.º do presente anexo, nestes espaços são ainda interditas as seguintes atividades:

- a) A exploração agrícola, pecuária e florestal;
- b) A abertura de novas estradas ou caminhos;
- c) A exploração de recursos hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água, exceto tomadas de água para uso no combate a incêndios florestais.

3. Para além do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do presente anexo, nestas áreas encontra -se ainda sujeito a autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza:

- a) As intervenções de manutenção ou beneficiação das estradas e caminhos existentes;
- b) A realização de atividades organizadas por empresas, associações e outras organizações com ou sem fins lucrativos que envolvam passeios ou percursos a pé, a cavalo ou em bicicleta;

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

c) A instalação dos ancoradouros previstos no PORNLSAS.

### **ARTIGO 27.º**

#### **Objetivos das áreas de proteção parcial do tipo II**

As áreas de proteção parcial do tipo II do PORNLSAS correspondem a espaços que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes e de sensibilidade moderada, incluindo espaços que constituem o enquadramento ou transição para as áreas em que foram aplicados os regimes de proteção referidos nos artigos anteriores e espaços cuja conservação requer a manutenção de usos agrícolas, pastoris ou florestais em regime extensivo.

### **ARTIGO 28.º**

#### **Disposições específicas das áreas de proteção parcial do tipo II**

1. A instalação de infraestruturas elétricas, telefónicas de transporte de gás ou de outros combustíveis e de saneamento básico deve ser subterrânea desde que tecnicamente possível.
2. Nestes espaços só são permitidas obras de reconstrução, de ampliação, de alteração ou de conservação das construções existentes, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 22.º do presente anexo.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e no n.º 2 do artigo 22.º do presente anexo, ficam sujeitas a autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza, as seguintes atividades:
  - a) As operações florestais que envolvam cortes de árvores, plantações, desmatações ou beneficiação ou alteração da rede de aceiros;
  - b) Quaisquer intervenções que envolvam alterações na rede de acessos ou a manutenção ou beneficiação das estradas e caminhos existentes;
  - c) A realização de atividades organizadas por empresas, associações e outras organizações com ou sem fins lucrativos que envolvam passeios ou percursos a pé, a cavalo ou em bicicleta.

### **ARTIGO 29.º**

#### **Objetivos das áreas de proteção complementar do tipo I**

As áreas de proteção complementar do tipo I correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total ou de proteção parcial, mas que frequentemente também incluem elementos naturais e paisagísticos

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

relevantes, com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de ações de gestão adequadas.

### **ARTIGO 30.º**

#### ***Disposições específicas das áreas de complementar do tipo I***

1. *As atividades a desenvolver em terrenos de particulares classificados como áreas de proteção complementar do tipo I do PORNLSAS devem ser sujeitas a contratualização do Estado com os proprietários quando tal seja necessário para garantir a conservação dos valores naturais e culturais.*
2. *Nas áreas de proteção complementar do tipo I são permitidas obras de reconstrução, de ampliação, de alteração ou de conservação das construções existentes nos termos n.º 4 do artigo 2.º do presente anexo.*
3. *Sem prejuízo no disposto nos números anteriores e no n.º 3 do artigo 2.º do presente anexo, ficam sujeitas a autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza, as seguintes atividades:*
  - a) *As intervenções que envolvam alterações na rede de acessos ou a manutenção ou beneficiação das estradas e caminhos existentes desde que envolvam movimentação de terras ou a remoção ou degradação da vegetação marginal;*
  - b) *A realização de atividades organizadas por empresas, associações e outras organizações com ou sem fins lucrativos que envolvam passeios ou percursos a pé, a cavalo ou em bicicleta.*

### **ARTIGO 31.º**

#### ***Objetivos das áreas de proteção complementar do tipo II***

*As áreas de proteção complementar do tipo II correspondem a espaços que apresentam situações de marcada degradação ambiental, mas cuja conservação é necessária por estabelecerem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total ou de proteção parcial, podendo também apresentar elementos naturais e paisagísticos relevantes.*

### **ARTIGO 32.º**

#### ***Disposições específicas das áreas de complementar do tipo II***

*As disposições específicas a aplicar para as áreas de proteção complementar do tipo II são as estabelecidas no artigo 30.º do presente anexo, com as devidas adaptações.*



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### ARTIGO 33.º

#### **Objetivos das áreas de intervenção específica**

1. *As áreas de intervenção específica compreendem espaços com valor patrimonial, natural ou cultural, real ou potencial, que carecem de valorização, salvaguarda, recuperação, reabilitação ou reconversão, estando identificadas cartograficamente na planta de ordenamento 3B- áreas de intervenção específica.*
2. *As áreas de intervenção específica estão abrangidas pela aplicação dos regimes de proteção, que se mantêm, apesar da intervenção.*
3. *Constituem objetivos prioritários destas áreas a realização de ações para a recuperação dos habitats, a manutenção das utilizações necessárias à conservação dos recursos naturais, valorização do património cultural e a promoção de ações de investigação científica e de sensibilização.*

### ARTIGO 34.º

#### **Tipologias das áreas de intervenção específica**

*As áreas de intervenção específica integram duas tipologias, consoante os valores presentes e o seu estado de conservação:*

*a) Áreas de intervenção para a conservação da natureza e da biodiversidade:*

- i. *Área de intervenção específica do eucaliptal;*
- ii. *Área de intervenção específica do pinhal;*
- iii. *Área de intervenção específica da lagoa da Sancha;*
- iv. *Área de intervenção específica da avifauna aquática nidificante;*
- v. *Área de intervenção específica das várzeas de Santo André;*
- vi. *Área de intervenção específica da vegetação não indígena;*
- vii. *Área de intervenção específica dos brejos e lagoas temporárias;*
- viii. *Área de intervenção específica das valas e cursos de água;*
- ix. *Área de intervenção específica de acesso a pesqueiros.*

*b) Áreas de intervenção para a valorização patrimonial e cultural:*

- i. *Área de intervenção específica da estação arqueológica da Cerradinha;*
- ii. *Área de intervenção específica do património cultural edificado.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### **ARTIGO 35.º**

#### **Áreas de intervenção para a valorização patrimonial e cultural**

*São áreas que correspondem a espaços onde se pretendem efetuar intervenções de valorização, salvaguarda, recuperação ou reabilitação patrimonial e cultural.*

### **ARTIGO 36.º**

#### **Área de intervenção específica da estação arqueológica da Cerradinha**

- 1. Esta área corresponde ao espaço ocupado pela estação arqueológica da Cerradinha.*
- 2. O objetivo da intervenção é promover a conservação desta estação e a sua musealização, no contexto de outras estações arqueológicas existentes na região.*
- 3. As intervenções específicas a desenvolver neste caso devem considerar as melhores soluções técnicas para a conservação da estação e avaliar o eventual interesse de proceder à sua musealização.*

### **ARTIGO 37.º**

#### **Áreas de intervenção específica do património cultural edificado**

- 1. Esta área corresponde às edificações de carácter agrícola com maior valor arquitetónico identificadas na RNLSAS, designadamente os montes das Avargas, Cerrada, Casa do Peixe, Galiza de Baixo, Arneiro da Cerradinha, Paio e Outeirão, e as casas dos Moirais no Monte Velho.*
- 2. O objetivo da intervenção é proceder à valorização, recuperação, reabilitação ou conservação do património edificado, incluindo, quando relevante, a sua adaptação para utilizações relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e investigação científica.*
- 3. Sem prejuízo dos aspetos técnicos que devem ser ponderados em cada caso, as intervenções no património edificado devem considerar pelo menos os seguintes aspetos:*
  - a) Avaliação da necessidade de realização de obras de reconstrução, de ampliação, de alteração ou de conservação;*
  - b) Avaliação da adequação das edificações para atividades relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e investigação científica.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### **CAPÍTULO IV – PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DE SADO-SINES - POOC**

#### **ARTIGO 38.º**

##### **Costa Alentejana**

- 1. Em toda a área abrangida pela costa alentejana é interdita a construção de novas rodovias paralelas à costa, processando -se o acesso ao litoral através de vias perpendiculares à linha de costa e privilegiando as vias já existentes.*
- 2. Na zona costeira delimitada na planta de ordenamento não são autorizadas novas construções em áreas de risco ou vulneráveis a fenómenos de erosão costeira identificadas na carta de riscos.*
- 3. Na faixa correspondente à área de intervenção do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Sado-Sines (POOC) é proibida a construção de edifícios, com exceção dos edifícios que fazem parte de infraestruturas ou equipamentos de interesse público, incluindo os portuários, de saneamento básico ou de interesse para a defesa nacional e das infraestruturas e equipamentos balneares e marítimos previstos naquele Plano de Ordenamento.*
- 4. Na faixa de 500m correspondente à atual orla costeira estão identificadas as praias com a respetiva classificação, o ordenamento de zonas e canais do plano de água, os espaços naturais dunares e de arribas, zona terrestre de proteção correspondente a espaços naturais, florestais ou agrícolas.*

#### **ARTIGO 39.º**

##### **Praias na área do POOC**

- 1. As praias classificam-se em:*
  - a) Não urbana com uso intensivo (código de classificação II) –Costa de Santo André;*
  - b) Equipada com Uso Condicionado (código de classificação III) –Fonte do Cortiço;*
  - c) Não equipada com uso condicionado (código de classificação IV) –Monte Velho;*
  - d) Uso restrito (código de classificação V) – Areias Brancas.*
- 2. Nas praias são interditas as seguintes atividades, sem prejuízo de outras normas de gestão a estabelecer pela(s) autoridade(s) competentes:*
  - a) Circulação de veículos motorizados fora das vias de acesso estabelecidas e além dos limites definidos dos parques e zonas de estacionamento, com exceção dos veículos ligados à prevenção, socorro e manutenção;*
  - b) Estacionamento de veículos fora dos limites dos parques de estacionamento e das zonas expressamente demarcadas para parqueamento ao longo das vias de acesso;*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- c) Utilização dos parques e zonas de estacionamento para outras atividades, designadamente a instalação de tendas ou o exercício de uma atividade sem o prévio licenciamento;*
  - d) Atividades publicitárias sem licenciamento prévio e fora das áreas demarcadas ou dos painéis instalados;*
  - e) Acampar fora dos parques de campismo.*
- 3. Os apoios de praia, constantes nos respetivos Planos de Praia, devem proporcionar, de acordo com a sua tipologia, as condições de acessibilidade, as funções e serviços estabelecidos na licença ou concessão de utilização do domínio hídrico e o zonamento da área concessionada.*
- 4. As zonas e canais diferenciados das praias balneares estão demarcadas nos respetivos Planos de Praia com as atividades admitidas para cada tipo de praia.*

### **ARTIGO 40.º**

#### ***Espaços naturais dunares e de arriba***

- 1. Os espaços naturais dunares e de arriba incluídos na orla costeira, são zonas de grande sensibilidade e importância ambiental, abrangendo as dunas litorais e os espaços interdunares, arribas e faixas superiores associadas.*
- 2. Os condicionamentos impostos nestes espaços têm como objetivo a proteção e a preservação do equilíbrio destes ecossistemas litorais, a proteção dos valores paisagísticos e a estabilidade das arribas e faixas superiores associadas, onde, sem prejuízo das normas de utilização do solo decorrentes da gestão do domínio hídrico, é interdita a realização de:*
- a) Obras de construção;*
  - b) Abertura de vias de acesso automóvel, com exceção de acessos de emergência e de serviço;*
  - c) Consolidação de vias de acesso automóvel, parques ou áreas de estacionamento, salvo os existentes para acesso às praias em relação às quais não haja alternativa viável ou quando previstos em planos específicos;*
  - d) Circulação pedonal fora dos canais previstos de acesso às praias;*
  - e) Construção de linhas aéreas de energia e telecomunicações.*
- 3. Constituem exceção ao disposto na alínea a) do número anterior a realização de obras destinadas a:*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- a) Instalação de apoios de praia e equipamentos associados às praias não urbanas de uso intensivo e às praias equipadas de uso condicionado, desde que integrados em planos de intervenção por praia e incorporando preferencialmente materiais perecíveis;*
- b) Ampliação, reconstrução ou realocização de equipamentos e apoios balneares previstos em planos de intervenção por praia;*
- c) Instalação de infraestruturas de utilidade pública afetas a funções de defesa e fiscalização da costa;*
- d) Criação de acessos pedonais públicos às praias, desde que integrados em planos de intervenção por praia;*
- e) Instalações e infraestruturas de pesca desportiva e recreio náutico nas localizações previstas;*
- f) Instalação de equipamentos para observação da natureza e investigação científica;*
- g) Percursos de peões, miradouros e outras estruturas de fruição da paisagem.*

### **ARTIGO 41.º**

#### **Espaços naturais de proteção**

- 1. Os espaços naturais de proteção incluídos na orla costeira, pela sua ocupação e uso atuais e pela sua interposição entre o litoral e os espaços interiores, constituem zonas de enquadramento dos ecossistemas litorais, tendo o seu uso como objetivo a proteção dos recursos ecológicos, do coberto vegetal e da paisagem.*
- 2. Sem prejuízo das normas decorrentes da gestão do domínio hídrico, nestes espaços são interditos os seguintes atos e atividades:*
  - a) Novas construções;*
  - b) Abertura de vias de acesso automóvel paralelas à costa;*
  - c) Construção de depósitos de água elevados para abastecimento público;*
  - d) Destruição de vegetação não integrada em práticas culturais agrícolas ou silvícolas.*
- 3. Constituem exceção ao disposto no número anterior:*
  - a) A realização de obras de remodelação, reconstrução e conservação de edifícios licenciados destinados a turismo rural, turismo de habitação ou agroturismo, estabelecimentos de restauração e de bebidas e equipamentos coletivos;*
  - b) A instalação, em edifícios existentes, de estabelecimentos de restauração e de bebidas e de equipamentos coletivos;*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- c) A construção de equipamentos, apoios de praia e apoios recreativos de estabelecimentos de restauração e de bebidas, previstos;*
- d) A construção de instalações e infraestruturas associadas à pesca e recreio náutico e ainda o acesso às estruturas dos estabelecimentos de aquicultura;*
- e) A instalação de equipamentos desportivos e recreativos de ar livre, desde que não impliquem impermeabilização do terreno;*
- f) A construção de percursos de peões, miradouros e outras estruturas de apoio à fruição pública da paisagem;*
- g) A abertura e consolidação de vias de acesso automóvel ou áreas de estacionamento diretamente associadas às praias ou outros usos específicos da orla costeira previstos.*

### **TÍTULO II – PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO –**

#### **PROF ALT**

#### **ARTIGO 42.º**

##### ***Disposições comuns às sub-regiões homogéneas***

*O PROF ALT contém regras que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, estabelecendo, entre outras, as seguintes normas comuns às Sub-regiões Homogéneas:*

- 1. Para cada sub-região homogénea são identificadas as espécies florestais a privilegiar, distinguidas em dois grupos (Grupo I e Grupo II) em resultado da avaliação da aptidão do território para as mesmas.*
- 2. Não podem ser efetuadas reconversões para outras espécies de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie igualmente do Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborização.*
- 3. O recurso a outras espécies que não se encontrem identificadas no Grupo I ou Grupo II, ou reconversões em situações distintas das referidas no número anterior, tem de ser tecnicamente fundamentado, com base nas características da espécie a usar e condições edafoclimáticas do local de instalação, e ser devidamente autorizado pelo ICNF, I.P..*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

4. O disposto no n.º 1 não se aplica em reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for o *Ilex aquifolium* (Azevinho), o *Quercus rotundifolia* (Azinheira) ou o *Quercus suber* (Sobreiro) e estas espécies fizerem parte das espécies do Grupo II.
5. Admitem-se reconversões de povoamentos puros de espécies do Grupo I, para povoamentos mistos com espécies do Grupo II, se a espécie do Grupo I mantiver a dominância.

### ARTIGO 43.º

#### Corredores ecológicos

1. Os corredores ecológicos têm como objetivo favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade.
2. As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas no Anexo I, da Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro.

### ARTIGO 44.º

#### Sub-região homogénea Pinhais do Alentejo Litoral

1. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa -se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:
  - a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
  - b) Função geral de produção;
  - c) Função geral de proteção.
2. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas no número anterior e identificadas no Anexo I da Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro.
3. Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:
  - a) Espécies a privilegiar (Grupo I):
    - i. Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*);
    - ii. Eucalipto (*Eucalyptus* spp.);
    - iii. Medronheiro (*Arbutus unedo*);
    - iv. Pinheiro -bravo (*Pinus pinaster*);
    - v. Pinheiro -manso (*Pinus pinea*);

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

vi. Sobreiro (*Quercus suber*);

vii. Ripícolas.

b) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):

i. Azinheira (*Quercus rotundifolia*);

ii. Carvalho -português (*Quercus faginea*, preferencialmente *Q. faginea* subsp. *broteroi*);

iii. Carvalho -negral (*Quercus pyrenaica*);

iv. Cipreste -comum (*Cupressus sempervirens*);

v. Cipreste -da -califórnia (*Cupressus macrocarpa*);

vi. Nogueira (*Juglans* spp.);

vii. Pinheiro -de -alepo (*Pinus halepensis*).

### ARTIGO 45.º

#### **Sub-região homogénea Serras do Litoral e Montados de Santiago**

1. Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa -se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

a) Função geral de produção;

b) Função geral de proteção;

c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

2. As normas de silvicultura a aplicar nesta sub-região homogénea correspondem às normas das funções referidas no número anterior e identificadas no Anexo I da Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro.

3. Nesta sub -região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

a) Espécies a privilegiar (Grupo I):

i. Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*);

ii. Azinheira (*Quercus rotundifolia*);

iii. Carvalho -português (*Quercus faginea*, preferencialmente *Q. faginea* subsp. *broteroi*);

iv. Eucalipto (*Eucalyptus* spp.);

v. Medronheiro (*Arbutus unedo*);

vi. Pinheiro -bravo (*Pinus pinaster*);

vii. Pinheiro -de -alepo (*Pinus halepensis*);

viii. Pinheiro-manso (*Pinus pinea*);



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

ix. Sobreiro (*Quercus suber*);

x. Ripícolas.

b) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):

i. Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);

ii. Castanheiro (*Castanea sativa*);

iii. Cedro -do -buçaco (*Cupressus lusitanica*);

iv. Cerejeira (*Prunus avium*);

v. Cipreste -comum (*Cupressus sempervirens*);

vi. Cipreste -da -califórnia (*Cupressus macrocarpa*);

vii. Nogueira (*Juglans spp.*).

### ARTIGO 46.º

#### **Limites máximos de área a ocupar por eucalipto**

1. Para efeitos de aplicação do estabelecido no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, o PROF ALT define, no Anexo IV da Portaria n.º 54/2019 de 11 de fevereiro, os limites máximos da área (em hectares) a ocupar por espécies do género *Eucalyptus spp.* em cada concelho.
2. Os limites máximos de áreas referidos no número anterior são objeto de revisão e republicação decorrentes da atualização do Inventário Florestal Nacional. “

## 3. Conclusão

O presente procedimento assegura a compatibilidade e a conformidade com os programas e os planos territoriais eficazes, porquanto procedeu-se apenas à transposição das normas dos PEOT e PROF ALT diretamente vinculativas para os particulares e que, por este facto, devem ser integradas no plano municipal.

Não houve quaisquer modificações na qualificação e/ou classificação do solo ou das respetivas categorias e subcategorias nas áreas abrangidas pelos PEOT.

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

## Anexo I – Matriz emitida pela CCDRA

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

POOC Sado-Sines	POA Campilhas (RCM 17/2007)	POA Fonte Serne (RCM 15/2007)	PORN Lagoa Stº André e Sancha (RCM 116/2007)	PDM Santiago Cacém (Aviso 2087/2016)
Artigos do Regulamento	Artigos do Regulamento	Artigos do Regulamento	Artigos do Regulamento	Artigos do Regulamento
Artºs 13º a 17º	Artº 1º, Artº 3º, Artº 4º b), c), e), f), g), i), m), n), o), p), q); Artº 5º, Artº 7º - 1 i), 4 c); 5 - a), b), c), g); Artº 9º - 3 c), d), e); Artº 20º, Artº 21º; Artº 23º - 1, 2; Artº 24º, Artº 29º; Artº 30º, Artº 31º - 1, 2, 3, 4; Artº 32º, Artº 35º, Artº 37º;	Artº 1º, Artº 3º, Artº 4º b), c), e), f), g), i), m), n), o), p), q); Artº 5º; Artº 7º - 1 i), 5 - c), j); Artº 9º - 3 c), d), e); Artº 20º, Artº 21º; Artº 22º - 4; Artº 27º, Artº 28º; Artº 29º - 2, 3, 4; Artº 30º, Artº 33º, Artº 35º;	Artº 1º, Artº 3º, Artº 4º f), g), i), j), q), r), s), t), u), v), x); Artº 5º, Artº 6º; Artº 7º; Artº 8º - 1 b), n), o), p), q), r), s), t), u), v), x), aa); Artº 8º - 2; Artº 40º - 1, 2; Artº 41º - 7, 8; Artº 66º - 1, 4, 5;	Legislação geral – não é necessário reproduzir
Artº 1º a 10º Artº 12º a 17º Artº 24º Artº 33º a 43º	Artº 2º, Artº 4º a), d), h), i), j), r), s), t), u), v), x), z); Artº 6º; Artº 7º - 1 c), e), f), g), h); 2, 3 e 4 a) e b); 5 - e), f); Artº 8º; Artº 9º - 1, 2, 3 b), s); Artº 10º; Artº 11º; Artº 12º; Artº 13º; Artº 14º; Artº 15º; Artº 16º; Artº 18º; Artº 19º - 3; Artº 22º - 1, 2, 3; Artº 28º; Artº 33º; Artº 34º; Artº 36º; Artº 38º;	Artº 2º, Artº 4º a), d), h), i), j), r), s), t), u), v), x), z); Artº 6º; Artº 7º - 1 c), j), e), f), g), h); 5 - a), b), e), f), g); Artº 8º; Artº 9º - 1, 2, 3 b), f); Artº 10º, Artº 11º; Artº 12º, Artº 13º; Artº 14º; Artº 15º; Artº 16º; Artº 18º; Artº 19º; Artº 22º - 1, 2, 3; Artº 23º - 1, 2, 3 a), 4; Artº 26º; Artº 31º; Artº 32º; Artº 34º; Artº 36º; Artº 37º;	Artº 2º, Artº 4º a), b), c), d), e), h), i), j), m), n), o), p), z), aa), ab), ac); Artº 8º - 1 f), g); Artº 9º - 1 - d), e), f), g), h), i), j), l), m), n), o), x), aa), ab), ac), ad), ae), af); Artº 10º; Artº 13º - 1 a), b), c), d), e); Artº 15º - 3 a), b), c), i), ii); Artº 15º - 2, 3, 4, 5 a), c); Artº 20º, Artº 21º; Artº 22º, Artº 24º; Artº 25º, Artº 26º; Artº 27º, Artº 28º; Artº 29º, Artº 30º; Artº 31º, Artº 32º; Artº 33º, Artº 34º; Artº 35º, Artº 36º; Artº 37º, Artº 38º; Artº 39º - 1, 2; Artº 40º - 3, 4; Artº 41º - 2, 6, 10; Artº 42º - 1, 3; Artº 43º, Artº 44º; Artº 45º, Artº 46º; Artº 47º; Artº 48º a 65º;	Legislação sectorial – não é necessário reproduzir

# PDMSC | 1.ª Alteração

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

			<p>Artº 8º - 1 a), h), z);  Artº 9º - 1 a), b), c),  p), q), r), s), t) u);  Artº 12º;  Artº 13º - 2, 3;  Artº 15º - 3 d), e), f);  Artº 15º - 4 - b);  Artº 17º - 5;  Artº 19º - 1; 2 - b);  Artº 39º - 3;  Artº 41º - 1;  Artº 42º - 2.</p>	<p><b>Substituir o nº 2 do artigo 11º do PDM por:</b></p> <p>2 – Na área integrada na Reserva Natural das Lagoas de Stº André e da Sancha aplicam-se as seguintes disposições:</p> <p><b>a) É interdita:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) A instalação de novos estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2 de acordo com a legislação específica;</li> <li>ii) As escavações, os aterros e a exploração mineira ou de materiais inertes;</li> <li>iii) A instalação de estabelecimentos aquícolas.</li> </ul> <p><b>b) É condicionada a parecer da autoridade de conservação da natureza:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) A alteração do uso actual dos terrenos, nomeadamente pela afectação de novas áreas a actividades agrícolas ou pecuárias e pela implementação de novos povoamentos florestais ou sua reconversão;</li> <li>ii) A instalação de novas explorações agrícolas, agro-pecuárias ou zootécnicas, em regimes não intensivos, exceptuando a simples mudança de titularidade das mesmas;</li> <li>iii) As alterações à morfologia do solo ou ao coberto vegetal natural decorrentes da exploração agrícola, silvícola ou pastoril, excepto quando se trate de acções previamente autorizadas ou definidas na tipologia agrícola e florestal à data da aprovação do PORNLSAS;</li> <li>iv) A localização da realização de obras de construção civil, de ampliação e de demolição de quaisquer edificações, exceptuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza;</li> <li>v) A alteração ou ampliação das construções existentes não podem envolver um aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação não pode exceder 200m2;</li> <li>vi) A localização da construção de estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais;</li> <li>vii) A abertura de novas estradas, caminhos ou acessos e o respectivo alargamento ou alteração, bem como as obras de manutenção e conservação;</li> <li>viii) A instalação de infra-estruturas eléctricas e telefónicas, aéreas e subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis;</li> <li>ix) A exploração de recursos hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água superficiais e subterrâneas;</li> <li>x) A prática de agricultura intensiva ou forçada, incluindo a instalação de estufas ou de sistemas de drenagem subterrânea, e a instalação de sistemas de rega, em explorações inferiores a 1 ha por prédio rústico.</li> </ul> <p>2.1. São identificados na planta de ordenamento os Espaços Naturais que correspondem a</p>
--	--	--	---	---

<p>Artºs 18º, 20º, 21º</p> <p>Artºs 22º, 23º, 24º</p> <p>Artº 26º, 27º e 28º</p> <p>Artº31º</p> <p>Artº32º</p>				<p>áreas <i>non aedificandi</i>, onde não é igualmente permitido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) A exploração agrícola, pecuária e florestal;</li> <li>ii) A alteração do uso do solo;</li> <li>iii) A abertura de novas estradas ou caminhos;</li> <li>iv) A exploração de recursos hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água, excepto tomadas de água para uso no combate a incêndios florestais.</li> </ul> <p><b>Actual Artigo 13º acaba no nº2.</b></p> <p><b>Criar Artigo 13º-A – Costa Alentejana</b></p> <p>1 - Em toda a área abrangida pela costa alentejana:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) É interdita a construção de novas rodovias paralelas à costa, processando -se o acesso ao litoral através de vias perpendiculares à linha de costa e privilegiando as vias já existentes.</li> <li>ii) Na zona costeira delimitada na planta de ordenamento não são autorizadas novas construções em áreas de risco ou vulneráveis a fenómenos de erosão costeira identificadas na carta de riscos.</li> </ul> <p><b>2- Na faixa correspondente à área de intervenção do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Sado-Sines é proibida a construção de edifícios, com exceção dos edifícios que fazem parte de infraestruturas ou equipamentos de interesse público, incluindo os portuários, de saneamento básico ou de interesse para a defesa nacional e das infraestruturas e equipamentos balneares e marítimos previstos naquele Plano de Ordenamento;</b></p> <p><b>3- Na faixa de 500m correspondente à actual Orla Costeira estão identificadas as praias com a respectiva classificação, o ordenamento de zonas e canais do plano de água, os espaços naturais dunares e de arribas e a zona terrestre de protecção correspondente a espaços naturais, florestais ou agrícolas.</b></p> <p><b>3.1.Praias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Classificam-se as seguintes praias: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Não urbana com uso intensivo (código de classificação II) - Costa de Santo André;</li> <li>ii. Equipada com Uso Condicionado (código de classificação III) –Fonte do Cortiço;</li> </ul> </li> </ul>
--	--	--	--	--

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>iii. Não equipada com uso condicionado (código de classificação IV) – Monte Velho;</p> <p>iv. Uso restrito (código de classificação V) – Areias Brancas.</p> <p>b) Nas praias são interditas as seguintes actividades, sem prejuízo de outras normas de gestão a estabelecer pela(s) autoridade(s) competentes:</p> <p>i. Circulação de veículos motorizados fora das vias de acesso estabelecidas e além dos limites definidos dos parques e zonas de estacionamento, com excepção dos veículos ligados à prevenção, socorro e manutenção;</p> <p>ii. Estacionamento de veículos fora dos limites dos parques de estacionamento e das zonas expressamente demarcadas para parqueamento ao longo das vias de acesso;</p> <p>iii. Utilização dos parques e zonas de estacionamento para outras actividades, designadamente a instalação de tendas ou o exercício de uma actividade sem o prévio licenciamento;</p> <p>iv. Actividades publicitárias sem licenciamento prévio e fora das áreas demarcadas ou dos painéis instalados;</p> <p>v. Acampar fora dos parques de campismo.</p> <p>c) Os apoios de praia, cuja implantação consta na área delimitada para o efeito na planta de ordenamento, devem proporcionar, de acordo com a sua tipologia, as condições de acessibilidade, as funções e serviços estabelecidas na licença ou concessão de utilização do domínio hídrico e o zonamento da área concessionada.</p> <p>d) As zonas e canais diferenciados das praias balneares estão demarcadas na planta de ordenamento com as actividades admitidas para cada tipo de praia.</p> <p>3.2. Espaços naturais dunares e de arriba incluídos na orla costeira enquanto zonas de grande sensibilidade e importância ambiental, incluindo as dunas litorais e os espaços interdunares.</p> <p>a) Têm como objectivo a protecção e a preservação do equilíbrio destes ecossistemas litorais, a protecção dos valores paisagísticos e a estabilidade das arribas e faixas superiores associadas, onde, sem prejuízo das normas de utilização do solo decorrentes da gestão do domínio hídrico, é interdita a realização de:</p> <p>a. Obras de construção;</p> <p>b. Abertura de vias de acesso automóvel, com excepção de acessos de emergência e de serviço;</p> <p>c. Consolidação de vias de acesso automóvel, parques ou áreas de estacionamento, salvo os existentes para acesso às praias;</p> <p>d. indicadas na alínea a) do artigo 16º, em relação às quais não haja</p>
--	--	--	--	---

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>alternativa viável ou quando previstos em planos específicos;</p> <p>e. Circulação pedonal fora dos canais previstos de acesso às praias;</p> <p>f. Construção de linhas aéreas de energia e telecomunicações.</p> <p>b) Constituem excepção ao disposto no ponto a. da alínea a) a realização de obras destinadas a:</p> <p>a. Instalação de apoios de praia e equipamentos associados às praias não urbanas de uso intensivo e às praias equipadas de uso condicionado, desde que integrados em planos de intervenção por praia e incorporando preferencialmente materiais perecíveis;</p> <p>b. Ampliação, reconstrução ou realocização de equipamentos e apoios balneares previstos em planos de intervenção por praia;</p> <p>c. Instalação de infra-estruturas de utilidade pública afectas a funções de defesa e fiscalização da costa;</p> <p>d. Criação de acessos pedonais públicos às praias, desde que integrados em planos de intervenção por praia;</p> <p>e. Instalações e infra-estruturas de pesca desportiva e recreio náutico nas localizações previstas;</p> <p>f. Instalação de equipamentos para observação da natureza e investigação científica;</p> <p>g. Percursos de peões, miradouros e outras estruturas de fruição da paisagem.</p> <p>3.3. Espaços florestais incluídos na orla costeira, pela sua ocupação e uso actuais e pela sua interposição entre o litoral e os espaços interiores, constituem zonas de enquadramento dos ecossistemas litorais, tendo o seu uso como objectivo a protecção dos recursos ecológicos, do coberto vegetal e da paisagem.</p> <p>a) Sem prejuízo das normas decorrentes da gestão do domínio hídrico, são interditos os seguintes actos e actividades:</p> <p>a. Novas construções;</p> <p>b. Abertura de vias de acesso automóvel paralelas à costa;</p> <p>c. Construção de depósitos de água elevados para abastecimento público;</p> <p>d. Destruição de vegetação não integrada em práticas culturais agrícolas ou silvícolas.</p> <p>b) Constituem excepção ao disposto na alínea anterior:</p> <p>a. A realização de obras de remodelação, reconstrução e conservação de edifícios licenciados destinados a turismo rural, turismo de habitação ou agro-turismo, estabelecimentos de restauração e de bebidas e equipamentos colectivos;</p> <p>b. A instalação, em edifícios existentes, de estabelecimentos de</p>
--	--	--	--	---



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>restauração e de bebidas e de equipamentos colectivos;</p> <p>c. A construção de equipamentos, apoios de praia e apoios recreativos de estabelecimentos de restauração e de bebidas, previstos;</p> <p>d. A construção de instalações e infra-estruturas associadas à pesca e recreio náutico e ainda o acesso às estruturas dos estabelecimentos de aquicultura;</p> <p>e. A instalação de equipamentos desportivos e recreativos de ar livre, desde que não impliquem impermeabilização do terreno;</p> <p>f. A construção de percursos de peões, miradouros e outras estruturas de apoio à fruição pública da paisagem;</p> <p>g. A abertura e consolidação de vias de acesso automóvel ou áreas de estacionamento directamente associadas às praias ou outros usos específicos da orla costeira previstos.</p> <p>3.4. Espaços agrícolas incluídos na orla costeira, pela sua ocupação e uso actuais e pela sua interposição entre o litoral e os espaços interiores, constituem zonas de enquadramento dos ecossistemas litorais, tendo o seu uso como objectivo a protecção dos recursos ecológicos, do coberto vegetal e da paisagem.</p> <p>a) Sem prejuízo das normas decorrentes da gestão do domínio hídrico, são interditos os seguintes actos e actividades:</p> <p>e. Novas construções;</p> <p>f. Abertura de vias de acesso automóvel paralelas à costa;</p> <p>g. Construção de depósitos de água elevados para abastecimento público;</p> <p>h. Destruição de vegetação não integrada em práticas culturais agrícolas ou silvícolas.</p> <p>b) Constituem excepção ao disposto na alínea anterior:</p> <p>a. A realização de obras de remodelação, reconstrução e conservação de edifícios licenciados destinados a turismo rural, turismo de habitação ou agro-turismo, estabelecimentos de restauração e de bebidas e equipamentos colectivos;</p> <p>b. A instalação, em edifícios existentes, de estabelecimentos de restauração e de bebidas e de equipamentos colectivos;</p> <p>c. A construção de equipamentos, apoios de praia e apoios recreativos de estabelecimentos de restauração e de bebidas, previstos;</p> <p>d. A construção de instalações e infra-estruturas associadas à pesca e recreio náutico e ainda o acesso às estruturas dos estabelecimentos de aquicultura;</p> <p>e. A instalação de equipamentos desportivos e recreativos de ar livre, desde que não impliquem impermeabilização do terreno;</p>
--	--	--	--	---

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>f. A construção de percursos de peões, miradouros e outras estruturas de apoio à fruição pública da paisagem;</p> <p>g. A abertura e consolidação de vias de acesso automóvel ou áreas de estacionamento directamente associadas às praias ou outros usos específicos da orla costeira previstos;</p>
--	--	--	--	--

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

	<p>Artº 7º 1 – a), b), d); 5 – h), i); Artº 9º 3 – a); Artº 17º; Artº 22º - 4; Artº 25º; Artº 26º; Artº 27º; Artº 29º - 1.</p>	<p>Artº 7º 1 – a), b), d); 5 – h), i); Artº 9º 3 – a); Artº 17º; Artº 24º; Artº 25º; Artº 27º - 1.</p>	<p><b>Substituir o nº 2 do artigo 10º do PDM por:</b></p> <p><b>2 – Estão identificadas na planta de ordenamento as faixas de protecção das albufeiras de águas públicas de Campilhas e Fonte de Serne.</b></p> <p><b>2.1 - Nas faixas de protecção das albufeiras de águas públicas de Campilhas e Fonte de Serne são interditas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;</li> <li>b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;</li> <li>c) A extracção de materiais inertes;</li> <li>d) Ocupação com quaisquer construções numa faixa máxima de 100 m em torno da albufeira, medida a partir da linha do NPA, à excepção das de apoio à utilização da albufeira;</li> <li>e) Qualquer implantação turística na envolvente da área de protecção ambiental definida no plano de água, designada como zona de protecção máxima.</li> </ul> <p><b>2.2. – Nas áreas de uso agrícola e florestal a edificação rege-se pelas disposições seguintes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) aos limites da parcela, é de 15 m;</li> <li>b) As construções de novos edifícios nas áreas rurais não poderão exceder um piso para a habitação e um piso para os anexos agrícolas;</li> <li>c) Exceptuam-se desta última disposição os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas;</li> <li>d) Não serão permitidas novas construções para a habitação nas propriedades com área inferior a 4 ha (por via do PROTA);</li> <li>e) Nas propriedades com áreas superiores ou iguais a 2,50 ha e inferiores ou iguais a 5 ha não serão licenciados edifícios de apoio às actividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris com mais de 100 m<sup>2</sup> de construção, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agro-pecuárias;</li> <li>f) O índice de construção para propriedades com áreas superiores a 5 ha é de 0,2% da área total do prédio para edifícios destinados à habitação e de 0,2% da área total do prédio para edificações de apoio às actividades agrícolas ou agro-pastoris e silvícolas ou silvo-pastoris, não sendo contabilizáveis as áreas destinadas a estufas e a instalações agro-pecuárias</li> </ul> <p><b>3 – São identificadas na planta de ordenamento as zonas preferenciais de implantação Turística, obrigatoriamente a sujeitar a plano de pormenor.</b></p> <p><b>3. 1. Na unidade operativa de planeamento e gestão 1 prevista na faixa de protecção</b></p>
--	--	--	---

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>da albufeira de águas públicas de Campilhas admitem-se os seguintes tipos de ocupação a localizar fora da faixa de 100 m adjacentes à linha do NPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Estabelecimentos hoteleiros e conjuntos turísticos, nos termos da legislação em vigor, até à capacidade máxima de 200 camas (por via do PROTA);</li> <li>b) Equipamentos desportivos e recreativos diversos, nomeadamente campos de ténis, piscinas, parques aquáticos e zonas de desporto livre, não podendo em caso algum a impermeabilização do solo exceder 10% da área turística;</li> <li>c) Um campo de golfe de 18 buracos, condicionado à apresentação prévia de um estudo de impacte ambiental;</li> <li>d) Um centro hípico;</li> <li>e) Um conjunto de apoio à praia, constituído por balneários, sanitários e postos de primeiros socorros;</li> <li>f) Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistema de recolha de lixos, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;</li> <li>g) Instalação de apoio às actividades náuticas constituídas por uma rampa/varadouro, jangadas e pontões para amarração das embarcações;</li> <li>h) O índice de construção máximo aplicável à área AT é de 0,06;</li> <li>i) O número máximo de pisos admissível em todas as construções a edificar na área AT1 é de dois;</li> <li>j) A implantação de todas as construções não deverá originar alterações significativas da topografia existente.</li> </ul> <p>3. 2. Na Unidade operativa de planeamento e gestão 2 prevista na faixa de protecção da albufeira de águas públicas de Campilhas são admitidos os seguintes tipos de ocupação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Um restaurante panorâmico sobre a albufeira e a envolvente, aproveitando e ampliando o edifício existente;</li> <li>b) Criação de um posto de informação e instalações para divulgação e ou venda de artesanato localizados no edifício referido na alínea anterior;</li> <li>c) O índice de construção máximo aplicável à área AT é de 0,03;</li> <li>d) A área total de pavimentos do edifício referido nas alíneas anteriores, após ampliação, não poderá ultrapassar 500 m<sup>2</sup> e não poderá ultrapassar dois pisos;</li> <li>e) Um parque de campismo para um máximo de 150 utentes em tendas e 10 lugares para caravanas;</li> <li>f) Um centro náutico, incluindo um conjunto de instalações de apoio às actividades recreativas, nomeadamente às que se desenvolvem no plano de água: rampa para lançamento das embarcações à água, pontão flutuante de amarração, armazém para embarcações e material diverso, pequena oficina/estaleiro (parte coberta e parte descoberta), espaço de convívio, posto de primeiros socorros, vestiários, balneários e sanitários;</li> <li>g) Instalações desportivas e recreativas descobertas desde que não impermeabilizem mais de 10% da área total afectada a estes usos;</li> </ul>
--	--	--	--	--

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

				<p>h) Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistemas de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água.</p> <p>3. 3. Na Unidade operativa de planeamento e gestão prevista na faixa de protecção da albufeira de águas públicas de Fonte de Serne são admitidos os seguintes tipos de ocupação a localizar fora da faixa de 100 m adjacentes à linha do NPA à excepção das referidas na alínea e) :</p> <p>a) Um parque de campismo para um máximo de 200 utentes em tendas (2 ha — 100 utentes por hectare), além de 10 caravanas (máximo de 30 utentes) e 10 instalações de carácter complementar destinadas a alojamento (máximo de 30 utentes);</p> <p>b) Um restaurante panorâmico;</p> <p>c) Um local com equipamentos de apoio à praia, constituído por balneários, sanitários e postos de primeiros socorros;</p> <p>d) Um parque de merendas devidamente equipado com mesas e bancos, sistema de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;</p> <p>e) Instalação de apoio às actividades náuticas constituídas por uma rampa/varadouro, jangadas e pontões para amarração das embarcações;</p> <p>f) O índice de construção máximo aplicável à área AT é de 0,03;</p> <p>g) O número máximo de pisos admissível em todas as construções a edificar na área AT é de dois;</p> <p>h) A implantação de todas as construções não deverá originar alterações significativas da topografia existente.</p> <p>4 - Fora das zonas preferenciais de implantação turística apenas são admitidos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e empreendimentos de turismo no espaço rural.</p> <p>5 - Os estabelecimentos de restauração e bebidas apenas poderão ser instalados na zona preferencial de implantação turística ou quando inseridos em estabelecimentos hoteleiros ou parques de campismo.</p> <p>6 - A aprovação de quaisquer instalações por parte da Câmara Municipal de Santiago do Cacém dependerá da garantia de existência de infra-estruturas e acessos adequados, assim como da qualidade da oferta a promover.</p> <p>7 - A implantação de todas as construções não deve originar alterações significativas da topografia existente.</p> <p>8 — A capacidade máxima de alojamento turístico na área faixas de protecção das albufeiras de águas públicas de Campilhas e Fonte de Serne é a que consta do anexo ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante.</p>
--	--	--	--	---

## Anexo II- Pareceres emitidos pelas ERIP

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade



Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
de Santiago do Cacém  
Praça do Município  
7540 – 136 Santiago do Cacém

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE  
05.03.2020 - PCGT

NOSSA REFERÊNCIA  
16139/2020/DRCNF-ALT/DRCNB/DOT

**ASSUNTO:** PARECER PARA ALTERAÇÃO DO PDM DE SANTIAGO DO CACÉM – AVISO N.º  
13862/2019, DE 5 DE SETEMBRO  
RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHÁ  
ZEC DE COMPORTA GALÉ  
ÁREA FLORESTAL DE SINES

Exmo. Senhor Presidente,

No seguimento do pedido de parecer de V. Exas, com a entrada na PCGT em 5.03.2020, e após avaliação da documentação disponibilizada, temos a informar o seguinte:

### 1. ENQUADRAMENTO

O Município de Santiago do Cacém divulgou através do AVISO n.º 13862/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 170, de 5 de setembro, a Deliberação de abertura de procedimento de Alteração do PDM de Santiago do Cacém, a tramitar nos termos dos artigos 118.º a 122.º e 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com um prazo de doze meses.

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei dos Solos) e o Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecem regras relativas à classificação dos solos, aplicáveis a todos os planos municipais em fase de elaboração, alteração ou revisão, bem como aos planos já aprovados, estabelecendo um prazo máximo de 5 anos, após a entrada em vigor do RJIGT, para esses planos municipais e intermunicipais integrarem todas as normas relativas à ocupação, uso e transformação do solo, vinculativas para as entidades públicas e, direta e imediatamente para os particulares.

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no n.º 1 do artigo 78.º (alterado pelo art.º 2 da Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto) - Planos especiais – estabelece o seguinte:

*1 — O conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor deve ser vertido, nos termos da lei, no plano diretor intermunicipal ou municipal e em outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos, a contar da data da entrada em vigor da presente lei.*

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo  
Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha  
Bairro Azul – Coletiva C4, 7500-100 VILA NOVA SANTO ANDRÉ,  
PORTUGAL

TEL + 351 266 737 370  
E-MAIL dcnfale@icnf.pt  
www.icnf.pt



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

2 — Compete às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, com o apoio das entidades responsáveis pela elaboração dos planos especiais de ordenamento do território em vigor e das associações de municípios e municípios abrangidos por aqueles, a identificação, no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor da presente lei, das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares que devam ser integradas em plano intermunicipal ou municipal.

O artigo 121.º do RJIGT estabelece o seguinte no nº 2: «A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais não pode envolver uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração.»

Neste contexto, e estando igualmente em curso o processo de transformação dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas em Programas Especiais, é de grande importância que se considerem nesta Alteração do PDMSC as orientações sobre a aplicação do regime transitório da Lei dos solos, que definem que os planos municipais e intermunicipais devem incorporar o conteúdo dos planos especiais, transpondo as normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativos dos particulares.

### 2. ANÁLISE

A análise efetuada incidiu nos seguintes aspetos da proposta de Alteração do PDMSC:

- I. Na transposição para o PDMSC do conteúdo dos Planos Especiais de Ordenamento do Território;
- II. Na atualização à luz do novo Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF ALT).

A alteração dos limites da REN foi avaliada, contudo, verificou-se que as alterações da REN propostas não incidem em áreas classificadas pelo que o parecer não incide sobre este ponto da alteração.

### I. TRANSPOSIÇÃO DO PORNLSAS

#### 1. REGULAMENTO

A análise foi realizada tendo por base a integração do PORNLSAS no PDM conforme o enquadramento legal apresentado no ponto 1.

#### No TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Artigo 6.º - Instrumentos de Gestão Territorial

Há a referir um erro no n.º 2, alínea d). É necessário retificar a data de aprovação do Plano da Bacia Hidrográfica do Sado, Decreto Regulamentar n.º 6/2002, de 12 de fevereiro (não 12 de fevereiro de 2008).

##### Artigo 7.º Definições

Incluir as seguintes definições que constam do artigo 4.º do PORNLSAS:

- a) «Ações de conservação da natureza» — as medidas necessárias para manter ou restabelecer os *habitats* naturais e as populações de espécies da flora e da fauna num estado favorável;
- c) «Adensamento» — o aumento da densidade do arvoredo através da plantação ou sementeira de espécies arbóreas em áreas já arborizadas;



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

n) «*Habitat*» — o conjunto dos elementos físicos e biológicos que uma determinada espécie utiliza para desenvolver o seu ciclo de vida.

### No TÍTULO II – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

#### Capítulo I – Disposições Gerais

No Artigo 8.º - Identificação e Regime devem ser incluídas as restrições inerentes ao sistema de DFCL.

#### Capítulo II – Património Cultural

No Artigo 16.º - Inserir a Estação Arqueológica da Cerradinha

#### Capítulo III – Qualificação do Solo Rural

Na Secção II – Categorias de uso do solo rústico, na subsecção VI – Espaços Naturais e paisagísticos, no artigo 43.º - Identificação e regime de edificabilidade, deverão ser integrados os objetivos das Áreas de Proteção Total e Proteção Parcial I, e as disposições específicas destes regimes de proteção.

### CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

O artigo 11.º - Áreas Classificadas é constituído por 6 pontos e integra as normas do PORNLSAS:

- Ponto 1 – Indica que é na Planta de Ordenamento que estão representadas as áreas da RNLSAS, ZEC Comporta Galé e Costa Sudoeste, e ZPE da Lagoa de Santo André;
- Ponto 2 – Ações interditas;
- Ponto 3 – Ações condicionadas;
- Ponto 4 – Indica que é na planta de ordenamento que estão identificados os Espaços Naturais, nos quais se incluem as áreas de proteção total e áreas de proteção parcial tipo I definidas no PORNLSAS, e que correspondem a áreas non aedificandi, estabelecendo interdições nessas áreas;
- Ponto 5 – Estabelece que nas áreas de proteção parcial I não são ainda permitidas outras ações;
- Ponto 6 – Estabelece que nas áreas abrangidas pelos Sítios de Interesse Comunitário Comporta-Galé e Costa Sudoeste, e na Zona de Proteção Especial da Lagoa de Santo André, aplicam-se as orientações de gestão do Plano sectorial da Rede Natura 2000 e respetiva legislação complementar.

Neste Artigo 11.º propõe-se as seguintes alterações/introduções:

#### Ponto 2 (Ações interditas)

Regulamento do PDM - Alínea c) *A instalação de estabelecimentos aquícolas;*

*PORNLSAS – artigo 8.º alínea z) “A instalação de estabelecimentos aquícolas e o repovoamento com fins de exploração comercial de espécies marinhas, estuarinas ou dulçaquícolas”*

*Propõe-se a inserção de “... e o repovoamento com fins de exploração comercial de espécies marinhas, estuarinas ou dulçaquícolas”, de acordo com o que está no PORNLSAS.*

- Inserir as alíneas j) e l) do artigo 8.º do PORNLSAS:

*j) A prática de agricultura intensiva ou forçada, incluindo a instalação de estufas ou de sistemas de drenagem subterrânea e a instalação de sistema de rega;*

*l) A destruição de sebes, muros e galerias ripícolas.*

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

### Ponto 3 (Ações condicionadas)

Neste ponto refere-se o seguinte: “*Estão sujeitas a parecer da autoridade de conservação da natureza as seguintes ações:*”

Considera-se que o texto deve ficar: “*Estão sujeitas a autorização ou parecer vinculativo da autoridade de conservação da natureza as seguintes ações:*”

- Inserir as alíneas d), f) e r) do artigo 9.º do PORNLSAS:

d) A arborização, o adensamento, o corte e a reconversão de povoamentos florestais, bem como as operações florestais que envolvam a instalação de novas infraestruturas, acessos e aceiros, exceto quando se trata de operações de combate a incêndios florestais ou situações de emergência que envolvam a segurança de pessoas e bens;

f) A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção de sinalização específica da Reserva Natural ou decorrente das obrigações legais;

r) As intervenções nos elementos tradicionais do património arquitetónico popular;

Ainda neste Ponto 3, há que referir que existe uma alínea e) que transpõe o n.º 1 do artigo 41.º do PORNLSAS – Edificações e infraestruturas, que determina “Nas construções existentes carecem de autorização ou parecer vinculativo do ICNF, I. P. as obras de reconstrução, de alteração, de conservação ou de ampliação, as quais não podem envolver um aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação não pode exceder 200 m²”.

Na referida alínea e) do Regulamento, para além da transposição desta norma estabelecida no ponto 1, há a necessidade de serem transpostas todas as normas que estão estabelecidas no Capítulo IV – Usos e Atividades - artigo 41.º, do PORNLSAS:

#### “Edificações e infra-estruturas

1 — Nas construções existentes carecem de autorização ou parecer vinculativo do ICNF, I. P., as obras de reconstrução, de alteração, de conservação ou de ampliação, as quais não podem envolver um aumento da área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de ampliação não pode exceder 200 m².

2 — O traçado arquitetónico das edificações deve adotar os valores essenciais da arquitetura tradicional da região, procurando -se, em particular, a integração dos elementos da fachada, devendo utilizar -se tanto quanto possível no projeto elementos tipológicos de composição e materiais tradicionais da região.

3 — Os muros devem ser construídos com pedra da região aparelhada ou em alvenaria, rebocada e pintada a branco, não podendo exceder 1,2 m de altura.

4 — As vedações devem ser construídas em madeira tratada ou numa combinação de madeira tratada e rede metálica de malha adequada ao tipo de gado, não podendo exceder 1,5 m de altura.

5 — Nos projetos de reconstrução e ampliação, é obrigatório o tratamento paisagístico adequado, a executar de acordo com projeto realizado para o efeito, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactos visuais negativos, bem como à manutenção do coberto vegetal e da arborização existentes nas áreas envolventes.

6 — Durante a execução dos projetos referidos no número anterior devem ser tomadas as medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactos negativos correspondentes.

7 — Nos casos em que se aplique, é necessária a apresentação do respetivo projeto de saneamento básico, que contemple soluções adequadas para o abastecimento de água, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais e a remoção e tratamento dos resíduos sólidos.

8 — As habitações isoladas, as edificações afetas ao turismo da natureza e outras construções que produzam efluentes suscetíveis de serem lançados nos cursos ou planos de água devem ser obrigatoriamente ligadas

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

*aos sistemas de drenagem municipal ou, caso tal não seja viável, ser dotadas de fossas estanques ou de outros sistemas de tratamento eficazes, nos termos do presente Regulamento e da legislação em vigor.*

*9 — A autorização da pretensão de ampliação determina a interdição de nova ampliação nos 10 anos subsequentes.*

*10 — A construção de edificações de apoio à atividade balnear apenas é permitida nas áreas abrangidas pelos planos de praia do POOC Sado-Sines, aplicando-se as disposições do referido POOC.”*

Propõe-se que o texto das alíneas d) e f) do Regulamento passe a ser o seguinte:

d) A época do ano e a localização da realização de obras de construção civil, de reconstrução, de ampliação, e de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza;

f) A época do ano e a localização da construção de estruturas de apoio às atividades agrícolas e florestais;

Reafirma-se que no Regulamento do PDMSC todas as alíneas do Ponto 3, devem ser sujeitas a parecer vinculativo do ICNF.

### Pontos 4 e 5

Nestes pontos aborda-se de forma muito incompleta as disposições específicas que se aplicam às áreas com maior estatuto de proteção na área de intervenção do PORNLSAS, e omite-se as disposições específicas que se aplicam às restantes áreas igualmente sujeitas a estatutos de proteção.

O ponto 4 indica que as Áreas de Proteção Total e Proteção Parcial tipo I, identificadas no PORNLSAS, se encontram representadas nos Espaços Naturais, na planta de Ordenamento, que correspondem a áreas *non aedificandi*, e que nelas não é permitida:

- a) A alteração de uso do solo;
- b) A exploração agrícola, pecuária e florestal.

No ponto 5 são apresentadas mais algumas interdições relativas às Áreas de Proteção Parcial I:

- a) A abertura de novas estradas ou caminhos;
- b) A exploração de recursos hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água, exceto tomadas de água para uso no combate a incêndios florestais;
- c) A implantação de infraestruturas, à exceção dos ancoradouros previstos no PORNLSAS.

Considera-se muito incompletas as propostas da versão alterada do Regulamento para as disposições aplicáveis nas Áreas de Proteção Total e Proteção Parcial I.

Deverá ficar assegurada a transposição para o Regulamento do PDMSC de alguns artigos do Regulamento do PORNLSAS, relativos às disposições aplicáveis nas diferentes tipologias de áreas abrangidas pelos respetivos regimes de proteção (total, parcial, complementar) e das Áreas de Intervenção Específica (AIE).

Na versão alterada do Regulamento do PDMSC deverão constar os seguintes artigos do PORNLSAS:

#### ÁREAS DE PROTEÇÃO TOTAL

- Artigo 12.º completo;
- Artigo 13.º- n.ºs 1 e 2;

#### ÁREAS DE PROTEÇÃO PARCIAL DO TIPO I

- Artigo 14.º - n.º 1



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- Artigo 15.º - n.ºs 2, 3 – alíneas d), e f), n.º 4 – alíneas b), c) e d)

### ÁREAS DE PROTEÇÃO PARCIAL DO TIPO II

- Artigo 16.º - n.º 1
- Artigo 17.º - n.ºs 3, 5 e 6

### ÁREAS DE PROTEÇÃO COMPLEMENTAR DO TIPO I

- Artigo 18.º - n.º 1
- Artigo 19.º - n.ºs 3, 4, 5 – alíneas b) e c)

### ÁREAS DE PROTEÇÃO COMPLEMENTAR DO TIPO II

- Artigo 20.º - n.º 1
- Artigo 21.º - n.º 4

### ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA (AIE)

Estas áreas são as seguintes:

#### a) Áreas de intervenção para a conservação da natureza e da biodiversidade:

- Área de Intervenção Específica do eucaliptal
- Área de Intervenção Específica do pinhal
- Área de Intervenção Específica da lagoa da sancha
- Área de Intervenção Específica da avifauna aquática nidificante
- Área de Intervenção Específica das várzeas de Santo André
- Área de Intervenção Específica da vegetação não indígena
- Área de Intervenção Específica dos brejos e lagoas temporárias
- Área de Intervenção Específica das valas e cursos de água
- Área de Intervenção Específica de acessos a pesqueiros

#### b) Áreas de intervenção para a valorização patrimonial e cultural:

- Área de Intervenção Específica da estação arqueológica da Cerradinha
- Área de Intervenção Específica do património cultural edificado

Deverão ser transpostas para o Regulamento do PDMSC as seguintes disposições do PORNLSAS relativas às AIE:

#### - Artigo 22.º do PORNLSAS

2 - As áreas de intervenção específica compreendem espaços com valor patrimonial, natural ou cultural, real ou potencial, que carecem de valorização, salvaguarda, recuperação, reabilitação ou reconversão, estando identificadas cartograficamente na planta de síntese — áreas de intervenção específica.

3 - As áreas de intervenção específica estão abrangidas pela aplicação dos regimes de proteção, que se mantêm, apesar da intervenção.

4 - Constituem objetivos prioritários destas áreas a realização de ações para a recuperação dos *habitats*, a manutenção das utilizações necessárias à conservação dos recursos naturais, valorização do património cultural e a promoção de ações de investigação científica e de sensibilização.

#### - Artigo 23.º do PORNLSAS - Tipologias

1 - As áreas de intervenção específica integram duas tipologias, consoante os valores presentes e o seu estado de conservação (inserir o n.º 1 completo);

- Artigo 34.º do PORNLSAS - Áreas de intervenção para a valorização patrimonial e cultural – Disposições gerais:

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

1 - Estas áreas correspondem a espaços onde se pretendem efetuar intervenções de valorização, salvaguarda, recuperação ou reabilitação patrimonial e cultural.

- Artigo 35.º do PORNLSAS - Área de intervenção específica da estação arqueológica da Cerradinha

1 — Esta área corresponde ao espaço ocupado pela estação arqueológica da Cerradinha.

2 — O objetivo da intervenção é promover a conservação desta estação e a sua musealização, no contexto de outras estações arqueológicas existentes na região.

3 — As intervenções específicas a desenvolver neste caso devem considerar as melhores soluções técnicas para a conservação da estação e avaliar o eventual interesse de proceder à sua musealização;

- Artigo 36.º do PORNLSAS - Área de intervenção específica do património cultural edificado

1 — Esta área corresponde às edificações de carácter agrícola com maior valor arquitetónico identificadas na RNLSAS, designadamente os montes das Avargas, Cerrada, Casa do Peixe, Galiza de Baixo, Arneiro da Cerradinha, Paio e Outeirão, e as casas dos Moirais no Monte Velho.

2 — O objetivo da intervenção é proceder à valorização, recuperação, reabilitação ou conservação do património edificado, incluindo, quando relevante, a sua adaptação para utilizações relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e investigação científica.

3 — Sem prejuízo dos aspetos técnicos que devem ser ponderados em cada caso, as intervenções no património edificado devem considerar pelo menos os seguintes aspetos:

a) Avaliação da necessidade de realização de obras de reconstrução, de ampliação, de alteração ou de conservação;

b) Avaliação da adequação das edificações para atividades relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e investigação científica.

### Ponto 6

Deverão ser corrigidas as designações de Sítios de Importância Comunitária, dado que passaram a designar-se Zonas Especiais de Conservação, pela aprovação do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.

O conteúdo deste ponto 6 já constava do anterior Regulamento, em resultado da integração do Plano Setorial da RN 2000 na Revisão do PDM aprovada em 2016, mas verifica-se a existência de uma omissão:

- A alínea b) iv) deverá ficar com o seguinte texto: "A instalação de infraestruturas de eletricidade, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento e produção de energias renováveis."

Considera-se que deve ser inserido o texto em falta na alínea b) iv).

## 2. RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO da Alteração do PDMSC

O Relatório apresenta a fundamentação para as alterações propostas neste procedimento, mas terá que ser revisto porque não integra as AIE e as outras disposições dos regimes de proteção.

### 2.1 RELATÓRIO DE CONFORMIDADE da Alteração do PDMSC

Por forma a garantir a conformidade e compatibilidade do procedimento no seu todo, tal como prevista no n.º 1 do artigo 121.º do RJIGT, deverá ser desenvolvido um Relatório de Conformidade e Compatibilidade do PDM com o POAP, o qual deverá acompanhar o PDM e deverá ser objeto de validação por parte do ICNF.

## 3. CARTOGRAFIA

Devem ser identificadas na Planta de Ordenamento todas as tipologias sujeitas a regimes de proteção que se encontram assinaladas na Planta de Síntese do PORNLSAS.

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

O PDM tem que representar na Planta de Ordenamento a delimitação das zonas de proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, conforme determina a alínea b) do nº1 do artigo 97º do RJIGT, ou seja a delimitação da Área Protegida e das áreas abrangidas pelos respetivos regimes de proteção (total, parcial, complementar) e das Áreas de Intervenção específica (AIE).

Na Planta de Ordenamento 3A-1- PEOT (que inclui os três planos especiais POAC, POAFS e PORNLSAS) a legenda tem um erro porque estão trocados os títulos das áreas sujeitas a regimes de proteção.

Considera-se que a forma gráfica de representação dos limites e regimes de proteção do PORNLSAS não é adequada e dificulta a sua leitura, principalmente para o acesso em formato PDF. Deveriam estar apresentados de forma idêntica à dos Planos de Ordenamento de albufeiras de águas públicas.

Na Planta de Ordenamento 8.1 - Estrutura Ecológica Municipal - não está representada a RNLSAS na EE Fundamental, embora no Regulamento, no artigo 25.º esteja referida como estando incluída nesta EEM.

### II – ATUALIZAÇÃO DO PROF - ALENTEJO

De acordo com o Relatório de Fundamentação da 1.ª alteração do PDMSC, apenas foi efetuada a atualização do artigo 6.º do regulamento, com a atualização do mesmo com referência ao Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT), conforme imposição prevista no artigo 2.º da Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro. Ao longo do documento e no regulamento não se vislumbra, qualquer alteração em virtude da aprovação PROF ALT, nomeadamente no que se refere às normas que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais que devem ser obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, bem como a cartografia das sub-regiões homogêneas e dos corredores ecológicos.

A Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo -Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual e o respetivo regime jurídico Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) classificam os PROF como “Programas Setoriais” de âmbito nacional e incidência regional. A conjugação desta natureza com o regime jurídico próprio dos PROF determina que, relativamente à vinculação jurídica dos PROF, estes além de vincularem as entidades públicas *vinculam direta e imediatamente os particulares relativamente às normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais*, bem como à elaboração dos planos de gestão florestal (PGF) e ainda quanto aos limites (máximos) de área a ocupar por eucalipto (*em cada concelho*).

A Portaria 54/2019, de 12 de janeiro (n.º 4, do artigo 1.º do seu Anexo A ou Regulamento) aprova o PROF Alentejo e indica que as normas que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 115/2018, de 6 de setembro dá uma nova orientação estratégica para o ordenamento florestal e veio esclarecer que “Os Planos Diretores Municipais (PDM) devem ser adaptados aos PROF. Para a transposição dos PROF e adaptação dos PDM, no que se refere às peças gráficas, deve ser aferido o limite das sub-regiões homogêneas e dos corredores ecológicos, dada a grande diferença de escalas cartográficas da respetiva elaboração.



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Entende-se que as normas que deverão ser obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, por condicionarem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são as que se relacionam com o cumprimento/aplicação do artigo 12º, do Anexo A ou Regulamento da portaria que aprova a revisão dos PROF e com a aplicação do Decreto -Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, relativa aos limites máximos de área a ocupar por eucalipto, que se identificam como:

- a) O cumprimento/aplicação do artigo 12º, do Anexo A ou Regulamento de cada portaria que aprova a revisão dos PROF – “Normas comuns a todas as sub-regiões homogêneas” quanto a:
  - i. espécies a privilegiar (Grupo I e II)
  - ii. recurso a outras espécies, que não Grupo I e II (admissível desde que tecnicamente fundamentado, e devidamente autorizado pelo ICNF, I. P.);
  - iii. espécies a privilegiar (Grupo I e II) assinaladas com asterisco (\*) (é considerada prioritária a sua gestão e conservação em manchas de regeneração natural);
  - iv. rearborezações com alteração de espécie (admissíveis desde que seja utilizada outra espécie igualmente do Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborezação (com especial atenção às espécies do género *Eucalyptus*))
  - v. alteração de povoamentos puros de espécies do Grupo I em mistos de espécies do Grupo II (admissível, se a espécie do Grupo I se mantiver a dominante)
  - vi. O disposto no n.º 1 não se aplica em reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for o *Ilex aquifolium* (Azevinho), o *Quercus rotundifolia* (Azinheira) ou o *Quercus suber* (Sobreiro) e estas espécies fizerem parte das espécies do Grupo II
  - vii. rearborezações com azevinho, azinheira e sobreiro são admissíveis, desde que estas espécies constem no Grupo I ou II.
- b) A aplicação do RJAAR (Decreto -Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual), relativa aos limites máximos de área a ocupar por espécies do género *Eucalyptus*. Estes limites estão identificados por concelho e constam do Anexo IV do Regulamento de cada PROF.
- c) Normas relativas aos Corredores ecológicos

Na carta síntese que consta da Portaria dos PROF à escala 1:100.000 estão identificadas as sub-regiões homogêneas, as áreas florestais sensíveis, as áreas classificadas, as áreas públicas e comunitárias, as matas modelo, as áreas submetidas ao regime florestal e os corredores ecológicos.

Neste enquadramento para a transposição dos PROF e adaptação dos PDM, no que se refere às peças gráficas, deve ser aferido os limites dos PROF, das SRH e dos corredores ecológicos atendendo à grande diferença de escalas cartográficas, esta informação está disponível no portal do ICNF:

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

- **Limite dos PROF** - Os limites dos PROF coincidem com limites administrativos das NUTSIII e concelhos identificados, pelo que a aferição dos limites aprovados e disponibilizados será feita pela CAOP em vigor.
- **Corredores ecológicos** - Nos PROF os corredores ecológicos (CE) constituem uma orientação macro e tendencial para a região no médio/longo prazo. Os CE dos PROF em vigor, salvo algumas poucas exceções, coincidem com os dos PROF de 1.ª geração. Sucintamente para os PROF de 2ª geração o enfoque no PDM, deve ser dirigido para os CE coincidentes com linhas de água. Como as intervenções florestais nos CE devem respeitar as normas para estes espaços e estas normas definem “regras” que dependem do tipo de linha de água e da distância à margem dessa linha de água, considera-se que a aferição dos limites dos CE deverá atender ao tipo de linha de água e à distância à margem dessa linha.

A transposição dos CE do PROF (1:100.000) para o PDM deve iniciar-se pela identificação das características da delimitação do CE e, no caso deste ter por base uma linha de água, deve ser identificado o tipo de linha de água, estabelecendo de seguida buffers (em metros) de acordo com o tipo de linha de água: permanente, torrencial ou temporal.

Quando os CE não tenham por base uma linha de água não há necessidade da sua aferição.

*Tabela 1 – Distâncias a aplicar à transposição e aferição dos limites dos corredores ecológicos (CE)*

Distância às margens da linha de água (L.a.)	NORMAS A APLICAR	RUAAR (Portaria 15-A/2018)
<b>Linhas de água torrenciais ou temporárias</b>		
Até 5 m da l.a. torrencial ou temporária	Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação. As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones. Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.	Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
> a 5 m da l.a. torrencial ou temporária	Assume o estipulado para a SRH respetiva, onde eventuais restrições decorrem apenas da identificação de valores em presença.	-
<b>Linhas de água permanentes</b>		
Até 10 m da l.a. permanente	Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação. As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones. Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.	Não navegáveis, até 10 m. Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
Entre os 10 m e os 500 m da l.a. permanente	Assume o estipulado para a SRH respetiva. Nas ações de (re)arborizações deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20% da área da unidade de gestão a intervir.	Navegáveis entre 30m e 50m. Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
> a 500 m da l.a. permanente	Assume o estipulado para a SRH respetiva. Quando estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000.	-

- **Limites das SRH** – Para transposição nos planos intermunicipais, municipais e de pormenor, é preciso garantir a uniformidade da metodologia de transposição e aferição dos limites das sub-regiões homogêneas.

Assim, as normas PROF que devem obrigatoriamente ser integradas nos PDM, são as que se relacionam com aplicação do artigo 12º, do Anexo A ou Regulamento Portaria n.º 54/2019 que aprova a revisão dos PROF



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Alentejo e com a aplicação do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, relativa aos limites máximos de área a ocupar por eucalipto

A Tabela 1 resume as normas aplicáveis aos CE, as quais constam nos PROF [referenciadas no Anexo I do Regulamento de cada uma das suas Portarias no artigo 9.º “Normas aplicáveis ao planeamento florestal em corredores ecológicos e áreas florestais sensíveis” e descritas no capítulo “E - Normas e Modelos Gerais de Silvicultura e de Gestão” de cada documento estratégico].

Para cada SRH estão definidas 3 funções gerais. Estas funções são as que têm maior importância relativa nos espaços florestais da SRH, à escala do PROF. Contrariamente aos PROF anteriormente em vigor (1ª geração), nos atuais as funções dos espaços florestais não são hierarquizadas, refletindo o facto de que os espaços florestais são multifuncionais<sup>1</sup>.

Quanto às funções das SRH, destaca-se que os espaços florestais são multifuncionais devendo à escala do plano ser apurada a existência ou não de outra(s) função (ões) que cumulativamente se adequem. No entanto não se pode eliminar ou excluir as 3 funções gerais das SRH que constam da portaria do PROF. Para além destas funções podem ainda ser identificadas outras na medida em que um mesmo espaço florestal pode desempenhar as 5 funções em simultâneo. Ao nível do PDM a regulamentação das diferentes categorias dos espaços florestais terá de ter em consideração esta multifuncionalidade, ou seja não restringir a existências de várias funções em simultâneo em cada categoria ou subcategoria de espaço. De notar que as funções não são inerentes às espécies e que uma mesma espécie pode desempenhar várias funções, desde que os objetivos de gestão e o modo como sejam conduzidos os povoamentos sejam ajustados.

Analisando o regulamento proposto para o PDMSC, tendo em consideração os aspetos atrás referidos, considera-se que o documento no que se refere aos espaços florestais deve ser revisto de forma a integrar o conteúdo do PROF, como se indicou.

Passando a uma análise em detalhe do regulamento no que se refere ao tema florestal informa-se o seguinte:

### Artigo 12.º - Medidas de defesa contra incêndios

Nada a referir.

### Artigo 28.º - Identificação e regime de edificabilidade

No ponto 3 a alínea h) devia ter uma redação semelhante com a da alínea g) ou seja remeter para o regulamento do PIMDFCI, uma vez que estabelecer distâncias ou tamanho de FGC no regulamento, que podem sempre vir a sofrer alterações legislativa, faz com que o documento possa ficar desatualizado. Quando existem alterações legislativas, o PIMDFCI é obrigado a ser alterado, mas se estiver de acordo com o PIMDFCI, já não obriga à atualização do PDMSC.

Ainda no mesmo ponto, a alínea i) tem uma redação que não nos parece correta, uma vez que se a construção já existe no local e foi construída de acordo com as normas legais existentes à data, não existiria

<sup>1</sup> Nota: Nas portarias que aprovaram a revisão dos PROF, as funções estão ordenadas por ordem alfabética da sua designação, pelo que esta ordenação não indica a sua importância relativa.

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

desconformidade, pelo que, não faz sentido dizer "não agravar a desconformidade existente". Se lá está e cumpriu com as regras existentes, não tem desconformidade, então como é que pode agravar uma coisa que não o é?

### Artigo 41.º - Identificação e regime de edificabilidade

No ponto 4 refere Plano de Ação em vez do POM. Apesar de estar prevista no âmbito das alterações legislativas ao Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, atualmente não existe a designação de "Plano de Ação", pelo que será aconselhável mencionar o que está em vigor que é o PMDFCI, em que o POM faz parte integrante, sendo o seu Caderno III.

### Cartografia

Na Planta de Condicionantes exceto AH, REN, RAN e Rede Natura 2000 - 6.1 - só estão representados 2 níveis de Risco de Incêndio – Perigosidade (PIDFCI), devendo estar representadas todas as classes de risco identificados na cartografia respetiva do PIDFCI.

Na Planta de Riscos Naturais e Tecnológicos - 9.1 - verifica-se uma situação idêntica.

### PROPOSTA DE INSERÇÃO DE NOVA ÁREA TERRITORIAL A REABILITAR E A REGENERAR (ATRR)

De acordo com os Fins definidos para a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, designadamente o referido no artigo 2.º, alínea m) "*Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e reconversão de áreas urbanas de génese ilegal*" e para concretização do seu

#### Artigo 12.º Áreas territoriais a reabilitar e a regenerar

1 - O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais identificam, nos programas e planos territoriais, as áreas territoriais a reabilitar e a regenerar e promovem as ações adequadas à prossecução desses objetivos.

2 - As áreas referidas no número anterior podem abranger solo classificado como rústico ou urbano.

Propõe-se que seja incluída uma ATRR abrangendo a área da antiga saibreira da Sanchinha, situada em área florestal, fora da RNLSAS, mas imediatamente no limite desta, a nascente da Lagoa da Sancha.

Nesta antiga saibreira encontra-se um passivo ambiental de deposição de resíduos tóxicos, com comprovados impactes negativos no sistema aquífero de Sines e na Lagoa da Sancha, classificada como habitat prioritário – 1150 Lagunas Costeiras.

## 3. CONCLUSÃO

Considerando que:

A integração das normas do PO no PDM constitui um processo de transposição das normas, de cariz do âmbito material dos PDM, ao nível de todo o regulamento do Plano e não apenas de uma parte do mesmo;

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Os PDM terão que representar na planta de ordenamento (possivelmente num dos seus desdobramentos) a delimitação das zonas de proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais, conforme determina a alínea b) do n.º 1 do artigo 97.º do RJIGT, ou seja a delimitação da área protegida e das áreas abrangidas pelos respetivos regimes de proteção (total, parcial, complementar), das Áreas de Intervenção específica (AIE);

Por forma a garantir a conformidade e compatibilidade do procedimento no seu todo, tal como prevista no n.º 1 do artigo 121.º do RJIGT, deverão as autarquias desenvolver um Relatório de Conformidade e Compatibilidade do plano territorial com o POAP, o qual deverá acompanhar o PDM e deverá ser objeto de validação por parte do ICNF.

Considerando ainda que não estão devidamente refletidas as normas necessárias para uma adequada atualização do PROF – Alentejo no PDM.

Conclui-se que a proposta apresentada, ao não corresponder de forma completa à integração total das normas, do PORNLSAS e PROF, de âmbito territorial do PDM, com cartografia adequada e relatório de conformidade, não pode ser objeto de parecer favorável.

Face ao exposto entende-se que devem ser realizadas as alterações indicadas para que o processo possa ser considerado em condições de ser validado pelo ICNF.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

OLGA CRISTINA  
CARRASCO  
MARTINS

Assinado de forma digital  
por OLGA CRISTINA  
CARRASCO MARTINS  
Data: 2019.05.21  
19:23:08 +01'00'

Olga Martins  
(em regime de substituição)

(Nos termos do Despacho n.º 5068-A/2019 – D.R. n.º 97/2019, 1.º Suplemento, Série II de 2019-05-21)

AV/AV

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

**De:** arhalt.geral <arhalt.geral@apambiente.pt>  
**Enviado:** 2 de junho de 2020 10:01  
**Para:** Geral  
**Assunto:** FW: PCGT - 214 - PDM de Santiago do Cacém - Alteração

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Processo n.º ARHALT.00010.2020

Documento n.º S032416-202006-ARHALT.DRHI de 2 de junho

Ex.mo Sr. Presidente

Apreciados os elementos apresentados referentes ao processo de alteração do PDM de Santiago do Cacém (Aviso n.º 13862/2019, de 5 de setembro) disponibilizados na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), no âmbito das competências da Agência Portuguesa do Ambiente I.P./ARH Alentejo, considera-se de referir os aspetos que a seguir se identificam.

1. No que respeita à incorporação das Normas dos PEOT, nomeadamente os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Campilhas e de Fonte Serne, no regulamento, alerta-se para o seguinte:

### 1.1. Regulamento

No artigo 6.º sugere-se a inclusão dos Planos indicados no sítio eletrónico da Direção Geral do Território (DGT)<sup>[1]</sup>, por exemplo:

- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) - RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;
- Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) - RCM n.º 51/2016, de 20 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, de 18 de novembro;
- Plano Nacional da Água (PNA) – Decreto-Lei n.º 76/2016, 9 de novembro.

Na alínea d) do n.º 2 do artigo 6.º deverá ser retirado “de 12 de fevereiro de 2008”.

O conteúdo do n.º 12 do artigo 10.º deverá ser corrigido, onde se lê “...de alojamento turístico na área faixas de proteção das albufeiras...” deverá ler-se “...de alojamento turístico na área das faixas de proteção das albufeiras...”.

Deverá ser incluído o Anexo mencionado no n.º 12 do artigo 10.º.

### 1.2. Cartografia

Tendo em consideração que a alteração do PDM requer a elaboração de novas peças desenhadas, deverão as mesmas incluir a transposição direta das peças desenhadas dos POAAP (plantas de síntese e condicionantes).

Nas Plantas de Ordenamento – PEOT 3A.3 e 2 3A.4, constata-se que não estão transpostas diretamente as peças desenhadas (plantas de síntese) dos respetivos POAAP Campilhas e Fonte Serne,



## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

salientando-se, ainda, que a legenda das peças desenhadas deve corresponder ao que está representado no desenho.

2. No que concerne à proposta de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) fundamentada em erros materiais e na necessidade de concretizar a estratégia de planeamento delineada para o município, analisados os documentos apresentados cabe-nos informar o seguinte:

2.1. Quanto à proposta de exclusão da REN de áreas nas tipologias **"margens de cursos de água"** e **"curso de água"** (C02, C03, C04, C05, C06, C07, E01 e C01) não se verifica nas situações elencadas, possibilidades de conflito entre o regime da REN, usos ou ações que justifiquem a sua exclusão. De notar ainda, que estes sistemas biofísicos estão condicionados pelo regime aplicável ao domínio hídrico pelo que o parecer é desfavorável à proposta;

2.2. A proposta de exclusão do sistema **"zonas ameaçadas pelas cheias"** afetas à exploração de recursos geológicos (C22) não está justificada visto tratar-se de uma atividade compatível com a condicionante REN;

2.3. Relativamente ao Parque Temático Badoca, deverão identificar de forma clara quais os usos e ações a realizar naquela área (C23), sem os quais não é possível emitir parecer conclusivo, tendo já presente que nas **"zonas ameaçadas pelas cheias"** podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, **cumulativamente**, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;
- iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;
- v) Manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

2.4. Relativamente ao aglomerado rural – Escatelares a proposta de exclusão da tipologia **"zonas ameaçadas por cheias"** (C24 e E08) não é passível de aceitação, face à fundamentação apresentada. Salientando-se que, para a salvaguarda de pessoas e bens, as propostas de exclusão só devem ser consideradas quando estejam em causa pré-existências, com edificações passíveis de ser licenciadas ou autorizadas.

2.5. No que concerne às propostas de exclusão das **"áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos"** (C08 a C21 e E02, E04 a E07) e **"risco de erosão hídrica"** (C25), não há nada a opor.

Mais se informa que os contributos referentes à incorporação das normas do POOC Sado-Sines serão remetidos posteriormente.

Com os melhores cumprimentos

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

**De:** arhalt.geral <[arhalt.geral@apambiente.pt](mailto:arhalt.geral@apambiente.pt)>

**Enviada:** 16 de junho de 2020 17:48

**Para:** Ana Luisa Guerreiro <[ALGuerreiro@cm-santiagocacem.pt](mailto:ALGuerreiro@cm-santiagocacem.pt)>; DOGU <[DOGU@cm-santiagocacem.pt](mailto:DOGU@cm-santiagocacem.pt)>

**Assunto:** PCGT - 214 - PDM de Santiago do Cacém - Alteração

Processo n.º ARHALT.00010.2020

Documento n.º S035160-202006-ARHALT.DRHI

Ex.ma Sr.ª Eng.ª Ana Luísa Guerreiro

Em aditamento ao nosso e-mail n.º S032416-202006-ARHLT.DRHI, de 02 de junho, apresentam-se de seguida os contributos da DRHL relativamente à proposta de alteração do PDM de Santiago do Cacém.

Após a publicação da Lei n.º 30/2014, que veio estabelecer a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) e, consequentemente, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que publicou o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Município de Santiago do Cacém vem agora apresentar a 1.ª alteração ao seu Plano Diretor Municipal, por adaptação, quer aqueles regimes, quer aos Planos Especiais existentes na área do seu Concelho.

No que diz respeito à zona litoral, nomeadamente a correspondente ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines (POOC) nada há a referir acerca das propostas de exclusão da Reserva Ecológica Nacional uma vez que nenhuma delas incide nesta parcela do território.

[Página n.º]

## Relatório de Compatibilidade e Conformidade

Quanto à alteração por adaptação ao POOC, no que se refere à cartografia de ordenamento proposta entende-se que, apesar de a área do POOC delimitada na Carta de Ordenamento 3.1 não refletir na íntegra a Planta de Síntese do POOC, nesta área apenas deverá ser considerada a Carta de Ordenamento – PEOT [POOC SS] 3B.1. Desta forma, embora o grafismo utilizado na primeira não abranja toda a zona terrestre para poente até ao limite do Concelho de Santiago do Cacém e acrescentando, ainda, uma faixa de 500 metros a toda a envolvente da Lagoa de Santo André correspondente a este PEOT, a delimitação a ter em consideração é a que consta da segunda peça desenhada.

Ainda assim, considera-se que a Carta de Ordenamento – PEOT [POOC SS] 3B.1 poderá ser graficamente mais clara, uma vez que não se consegue distinguir as classes de espaço definidas no POOC.

Acresce ainda que a localização e os nomes das praias, bem como a respetiva tipologia, deverão constar da cartografia, de acordo com o n.º1 do artigo 13.º-B da proposta de Regulamento.

No que respeita ao regulamento, entende-se que os seguintes artigos poderão ser alterados de acordo com o seguinte:

- no n.º 3 do artigo 13.º-B, poderá ser substituída a expressão “cuja implantação consta na área delimitada na planta de ordenamento”, por “constantes nos respetivos Planos de Praia”, uma vez que aquela peça desenhada não define estas localizações. Contudo, fica-nos a dúvida acerca da validade desta norma dado que os planos de praia não integram os PDM;
- à semelhança do anterior, o n.º 4 do artigo 13.º-B, poderá ser eliminado uma vez que a referência às zonas e canais diferenciados das praias balneares é feita apenas nos respetivos Planos de Praia. Na nossa opinião, esta tipologia de normas não será de constar em PDM, mas num regulamento específico de gestão de praias;
- uma vez que na Carta de Ordenamento – PEOT [POOC SS] 3B.1 não estão delimitados espaços agrícolas nem florestais, o artigo 13.º-D poderá passar a denominar-se Espaços naturais de proteção na área do POOC, mantendo o mesmo teor, sendo que o artigo 13.º-E poderia, consequentemente, ser eliminado.

Com os melhores cumprimentos,

**Administração da Região Hidrográfica do Alentejo**



Av. Eng.º Arantes e Oliveira, 193  
7004-514 Évora | Portugal  
Telefone: (+351) 266 768 200 | Fax: (+351) 266 768 230  
[arhalt.geral@apambiente.pt](mailto:arhalt.geral@apambiente.pt)